

## 4

### Um colégio para a nação: o Imperial Colégio de Pedro II entre 1837 e 1861

A criação e existência do Colégio Pedro II é um dos acontecimentos que mais honram aos nossos contemporâneos; é o feito que mais deve concorrer para o progresso e brilho das letras *brasileiras*.

(Dr. M. [Joaquim Manuel de Macedo][grifo meu]).<sup>1</sup>

Não concluirei este discurso sem repetir a V. Ex. [o primeiro reitor do Colégio, Bispo de Anemúria] que o intento do regente interino, criando este colégio, é oferecer um *exemplar* ou *norma* aos que já se acham instituídos nesta capital por alguns particulares; convencido como está de que a educação colegial é preferível à educação privada.

[...]

[...] o regente interino se congratula com os Pais de Família, pelos bons estudos, que dirigidos por V. Ex., mediante a luz de tão distintos Professores, vão abrir a seus filhos uma carreira de glória, e fazê-los entrar no santuário do verdadeiro saber [...] condição vital da sociedade moderna.

E V. Ex., colocado à testa da civilização e da instrução fluminense, está constituído o pai, e apóstolo desta esperançosa mocidade, que aprendendo em V. Ex. a independência da virtude, a firmeza do caráter, a energia, e o valor da ciência, a pureza da moral e o respeito da religião, *tem de dar à pátria, à nação, à liberdade, ao trono e ao altar, servidores fiéis, honra e glória do nome brasileiro*.

(Bernardo Pereira de Vasconcelos, Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838) [grifos meus].<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Joaquim Manuel de Macedo. A primeira coleção de grau de Bacharéis em Letras no Colégio de Pedro II. In: *Anuário do Collégio Pedro II*. Ano V. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1927, p. 25. Publicado originalmente na Minerva Brasiliense em dezembro de 1843.

<sup>2</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos. Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838. In *ANNUÁRIO DO COLLÉGIO PEDRO II*. 2º ano. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1915.

Apesar de legalmente criado na data de 2 de dezembro de 1837, já envolto de toda uma forte simbologia para a época pois a data era também a do aniversário do jovem imperador Pedro II – e por isso dia de festa nacional –, o Colégio que ainda hoje leva o nome de seu patrono teve ainda mais duas inaugurações: a abertura formal da instituição em 25 de março – incluindo um discurso do seu “criador” Bernardo Pereira de Vasconcelos, além de ser também data de aniversário da Constituição de 1824, outro dia de festa nacional – e dia 2 de maio, quando se deu o início das atividades das aulas das 8<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> classes de estudos.<sup>3</sup> De todas elas participaram a “fina flor da boa sociedade carioca”, contando inclusive, na abertura de março, com a presença do Imperador menino, suas irmãs, o regente Araújo Lima e todo o ministério da regência, além de Vasconcelos, senador e ministro da Justiça e do Império à época.<sup>4</sup> Ainda que nas outras inaugurações não estivessem presentes tantos ilustres membros da boa sociedade da corte imperial, o simples fato de terem estado presentes *alunos e professores* na instituição já permite entrever quais os interesses que o governo imperial, na figura de Bernardo Vasconcelos, tinha ao criar o colégio – afinal, não seriam quaisquer crianças, muito menos quaisquer os professores que fariam parte da instituição.

Vasconcelos fora, aliás, ferrenho defensor da criação de uma *instituição modelo* já há algum tempo, explicitando tal intento no discurso proferido por ocasião da inauguração das atividades no colégio em março. Seu interesse pela instrução, todavia, vinha de antes: desde os primeiros debates acerca da criação de cursos superiores no Brasil, em 1820, ainda, portanto, no contexto do antigo Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Vasconcelos se mostrava preocupado com a questão, incluindo também o ensino primário e secundário. Com relação ao Colégio Pedro II e já sendo o Brasil um país independente, o então deputado vinha acompanhando desde o início a reforma a qual o Seminário São Joaquim, base administrativa e educacional da instituição, vinha sendo submetido desde

---

<sup>3</sup> Eugênio de Barros Raja Gabaglia. *1914: Primeiro Anuário*. Colégio Pedro II. Reedição comemorativa dos 170 anos da fundação do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Unigraf, 2007, p. 47.

<sup>4</sup> Dobbert et alli (org.). *INTERNATO – Órgão dos antigos alunos do internato do Collégio Pedro II*, p. 105.

1831, quando foi assumido pelo governo imperial visando “melhorar a qualidade de seu ensino” e, mais tarde, torná-lo modelo nacional.<sup>5</sup>

“Colégio [...] exemplar ou norma”, conforme percebemos no discurso que abre o capítulo. O intento real do governo imperial, no entanto, buscava ir muito além: procurava-se uma formação “a mais perfeita”, não interesseira como a que marcaria a instrução oferecida por professores e instituições particulares que cresciam em quantidade na capital do Império, da mesma forma que careciam de regular vigilância. Destaque-se que grande número dos professores particulares na época era composto por estrangeiros, de origem majoritariamente francesa ou inglesa, e que por isso mesmo, na visão dos dirigentes imperiais, não teriam – ou não sentiriam – comprometimento com a causa nacional que se queria formar: a nação ainda sofria questionamentos por várias províncias entre 1831 e 1837, e mesmo após a criação do Colégio Pedro II.

E como se garantiria, a partir daí, essa “mais perfeita educação da mocidade”? A norma curricular lançada no Colégio Pedro II não devia nada às instituições congêneres na Europa, principalmente as francesas, sua inspiração maior. Com o ensino focado nas humanidades, buscava-se consolidar, na instituição, não apenas um ideal de nacionalidade, mas principalmente garantir a reprodução da mocidade filha da boa sociedade imperial. Reproduzir *controlando* tal formação, visto que ao assumir o processo de instrução-educação o governo imperial visava tirar do *pater familia* o poder sobre a formação do futuro cidadão ativo do Império como um todo – afinal, como percebemos no discurso do professor Macedo, do colégio saíam também os frutos do progresso também nas letras *brasileiras*.

Uma vez no colégio ou em qualquer outra instituição de nível secundário – *liceu* – do Império, o aluno entraria em contato com clássicos da literatura, com a língua portuguesa uniforme, com a história e geografia pátrias, mas principalmente se encaixaria num novo contexto social, inserido numa nova sociabilidade, principalmente no caso do Colégio Pedro II, já que por lá passaram,

---

<sup>5</sup> José Murilo de Carvalho. Apresentação. In: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 28. A crítica ao ensino oferecido no Seminário se baseia na sua suposta limitação, no período das Regências, a um ensino de base mais “técnica”, ou militar. Ressaltamos apenas que tal ensino “técnico” não exclui, necessariamente, a base humanista do ensino à época – exemplo mais claro é o das Academias Militares que até pelo menos a década de 1870 ainda se baseavam em discussões bastante ideológicas e até mesmo retóricas. O que as diferenciaria das outras, neste sentido, seria mais o conteúdo do discurso do que os usos do discurso em si. Cf. Castro, *Os militares e a República*.

enquanto professores ou como visitantes de ocasião, boa parte da intelectualidade imperial: literatos, membros do IHGB, viajantes estrangeiros, além do próprio Imperador, freqüentador assíduo do colégio. Afinal, não fora o próprio D. Pedro II que dissera que se não fosse Imperador preferia ter sido mestre escola?

Tal contexto intelectual encontrado no colégio favorecia o governo em seu objetivo de melhor controlar a formação da mocidade que o freqüentava. Do que se poderia ler e entender de dado contexto por parte do aluno, as sociabilidades proporcionadas pelo colégio certamente definiriam fortemente as impressões daqueles mesmos alunos sobre uma série de questões fundamentais para a monarquia, como unidade, ordem e escravidão por exemplo. A convivência com escravos fazia parte, aliás, da vida privada dos alunos do colégio do Estado. De qualquer forma, o Colégio buscava garantir o controle direto sobre a “formação das almas” na monarquia. Lembremos que apenas a partir de 1857 o colégio seria dividido em Internato e Externato, e ainda que já recebesse alunos externos antes da divisão, o seu número era menor que dos internos – e mesmo os externos costumavam receber, em suas casas, os grandes nomes da *boa sociedade* imperial uma vez que a família já fazia parte daquele círculo em sua maioria. Ainda assim, a vivência no colégio, mesmo que não integralmente, favorecia-lhes o contato com muitas das grandes figuras da monarquia que por lá passavam.

Dessa forma, desde antes e mesmo depois da criação do Externato, boa parte dos estudantes ainda “vivia”, literalmente, o colégio. E nessa viagem para além da casa paterna era necessário, como nos lembra Sérgio citando seu pai quando de sua entrada no *Ateneu*, “coragem para a luta”<sup>6</sup> em seu encontro com o mundo, representado pelo colégio, momento em que o menino, longe “do conchego placentário da dieta caseira, vinha próximo o momento de se definir a [sua] individualidade”.<sup>7</sup>

“À testa da civilização”, o Colégio Pedro II buscava garantir, além “da pureza da moral e o respeito da religião”, a formação de “servidores fiéis, honra e glória do nome brasileiro”. Brasileiros, cidadãos ativos, mocidade, futura boa sociedade imperial: tal era o perfil esperado do aluno – ingresso e egresso – do Colégio Pedro II. Recorrendo mais uma vez a Bernardo Pereira de Vasconcelos, “Ao governo só cabe semear para colher no futuro”.

---

<sup>6</sup> Pompéia, *O Ateneu*, p. 7.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 8.

## 4.1

### O Seminário e o Colégio

Levar-vos-ei hoje ao Imperial Colégio de Pedro II. Mas em vez de seguirmos já para a Rua Larga de S. Joaquim, onde existe o externato, ou para o Engenho Velho, onde se acha o internato deste importante estabelecimento, voltaremos ainda à Rua de S. Pedro e pararemos defronte do sobradinho antigo e humilde que é contíguo à igreja de S. Pedro, e dela uma dependência.

Assim como há grandes e caudalosos rios que em sua nascente são apenas tênues arroios, assim também se vêem belas e consideráveis instituições, cujo berço modesto e pobre mal deixara adivinhar o seu futuro brilhantismo.<sup>8</sup>

Difícil resistir ao convite do literato e professor do Colégio Pedro II Joaquim Manuel de Macedo. Deixemos de ir por enquanto ao Internato do Engenho Velho, para lá transferido após a divisão do Colégio Pedro II em 1857. Fiquemos por enquanto pelos arredores da sede da Rua Larga de São Joaquim e paremos um pouco para escutar a história daquela que viria a ser a instituição referência para o ensino secundário em todo Império e que, de certa forma, extravasou tal limite temporal e adentrou na República ainda com uma forte carga simbólica, desde o seu nome até os alunos que por lá passaram.

As origens do colégio remontam ao século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, fundado em 1733 no intuito de recolher meninos pobres das ruas dando a eles uma formação “tamente a Deus”. Em 1766 o abrigo mudava de nome e de sede, denominando-se desde então Seminário de São Joaquim e passando a se localizar na esquina da Rua Larga com a rua do Valongo,<sup>9</sup> onde se localizava uma pequena ermida em homenagem àquele santo e de onde advém o novo nome do Seminário cujo terreno fora doado em 1758.

Apesar de voltado preferencialmente para a formação de jovens órfãos o Seminário também aceitava alunos pagantes, e por isso os alunos eram divididos em três classes: pensionistas (que pagavam 80\$000), meio-pensionistas (40\$000) e gratuitos, estipulados no número de 29 em 1795. Apesar dos contribuintes,

---

<sup>8</sup> Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, p. 287.

<sup>9</sup> Atualmente esquina da Avenida Marechal Floriano Peixoto com a Rua Camerino respectivamente, onde está sediada a unidade centro do colégio.

segundo Joaquim Manuel de Macedo a estrutura física do colégio era ainda bastante limitada e em muitos pontos bem próxima à escola de Pilar, personagem do conto de Machado que dá início a esta dissertação. A instituição estava subordinada ao bispo diocesano do Rio de Janeiro, possuindo um reitor por ele nomeado.

O ensino continuava limitado a princípios de religião, latim e cantochão no princípio do século XIX. Os alunos que desejassem continuar os estudos das humanidades o faziam nos seminários de São José e da Lapa. A maioria dos alunos, porém, destinava-se ao sacerdócio. Nas palavras dos naturalistas Spix e Martius:

A educação da juventude é cuidada na capital por vários colégios privilegiados. Os abastados confiam a professores particulares o preparo de seus filhos, a fim de freqüentarem a universidade de Coimbra. Isso é muito custoso por falta de professores competentes. A maioria deles pertence ao clero, atualmente de influência muito menor, no que diz respeito à educação popular, do que outrora e principalmente no tempo dos jesuítas.

No seminário de S. Joaquim são ensinados os rudimentos de estudo e cantochão. O melhor colégio, porém, é o liceu do seminário S. José, onde a par do latim, do grego, do francês, do inglês, da retórica, da geografia e da matemática, também se ensinam filosofia e teologia.<sup>10</sup>

O relato dos dois viajantes – um deles, Karl von Martius, futuro definidor de como se deveria escrever a história do Brasil –, que estiveram na colônia entre 1817 e 1820, nos sugere uma confirmação dos pontos apontados por nós até agora: predominaria ainda o ensino oferecido por professores particulares apesar de já oferecidas as aulas régias pelo governo. Da mesma forma, percebemos no relato que a falta de professores “capacitados” era um problema, sendo por isso grande o número de padres que também exerciam o magistério. Já o Seminário de São Joaquim não ofereceria, aos olhos desses viajantes, um ensino tão bom quanto o de São José por exemplo. Não por acaso, apesar dos elogios feitos por Dom João VI aos alunos do Seminário, em 1818 a instituição seria fechada para abrigar

<sup>10</sup> Spix e Martius Apud Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, p. 300. Faltam estudos, porém, sobre o papel educacional tanto do Seminário São José quanto o da Lapa.

em seu lugar tropas portuguesas, sendo os alunos transferidos para o Seminário de São José.

É interessante notar o peso que se dava às considerações de viajantes europeus sobre o cotidiano em geral dos locais por onde eles passavam. Como representantes da ilustrada Europa, eles traziam consigo um olhar marcado pela “luz da civilização”, sendo muitas vezes usados como referência ou paradigma na resolução ou busca por melhoramentos principalmente no que se refere ao estado das ciências no Brasil. O fato de parte das famílias contratarem professores particulares, em sua maioria franceses, é significativo. No período pós-independência, quando o padrão civilizatório passa a ser principalmente o francês, as considerações feitas por esses viajantes tornaram-se cada vez mais pontos importantes para que a classe senhorial, assumindo o Estado, levasse a frente uma política mais eficaz de construção de nacionalidade. A observação de Saint-Hilaire, de que no Brasil não havia brasileiros, é interessante nesse sentido. Na construção da nova nação as referências à civilização européia tornavam-se cada vez mais claras do que nunca.



Figura 1 –  
Igreja de São Pedro, que se situava à rua de mesmo nome na esquina com a atual Miguel Couto, demolida quando da construção da Avenida Presidente Vargas. O abrigo dos órfãos de São Pedro localizava-se em cômodo contíguo a esta igreja.

Foto de Marc Ferrez, 1898.

E foi neste clima que as modificações que o Seminário São Joaquim viria a passar após sua reabertura pelo príncipe regente em 1821 seriam pautadas. Com a Abdicação em 1831 de dom Pedro I, já imperador do Brasil independente desde 1822, novas instruções visando garantir a qualidade do ensino da instituição foram tomadas, inserindo novas aulas, como de matemáticas e ofícios mecânicos. Já ali se estabelecia que deveriam ser admitidos no Seminário preferencialmente filhos de empregados públicos e militares como alunos gratuitos.<sup>11</sup> Neste mesmo movimento, durante as regências o seminário passou para a guarda da Câmara Municipal da Corte e desde então privilegiaria uma instrução militar, inserido no contexto de “defesa nacional” que se segue à abdicação.

Apenas sob a regência de Pedro Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, e tendo como Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Seminário passaria por nova e importante mudança. Como vimos, o debate sobre instrução no Império vinha desde os tempos da independência, mas apesar disso uma série de problemas e limitações continuou prejudicando os intuítos do governo imperial de formar a nação também por meio do ensino. A regência de certa forma abriu espaço para que a instrução fosse “derramada” de forma mais ampla ao delegar às províncias a função de organizar seus sistemas de ensino elementar e secundário após o Ato Adicional. Criaram-se nesse contexto as Escolas Normais, porém faltava ainda uma instituição que oferecesse um ensino mais amplo e integrado das humanidades, estudos necessários para o acesso às academias de ensino superior então recém-criadas: Direito em 1827 e Medicina, estas reformuladas como faculdades em 1832.

O Imperial Colégio de Pedro II viria suprir esta lacuna e de forma intensa a partir de 1837, ao consolidar a formação tanto das maneiras de se pensar a nação quanto a formação e reprodução dos futuros cidadãos ativos do Império. Muito além de um instrumento do governo, o Colégio assumia também a função de um importante agente no processo de construção de uma imagem de nação. Assim, as particularidades na formação e organização do colégio, que incluíam o debate sobre métodos didáticos como a escrita de compêndios para os seus alunos, por

---

<sup>11</sup> Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, p.313. Essa situação foi mantida após a criação do Colégio Pedro II

exemplo, tornavam o mesmo, em nossa visão, numa esfera privilegiada de discussão das formas de se pensar a formação da nação e de seus cidadãos.<sup>12</sup>



Figura 2 – Igreja de São Joaquim, tendo ao lado a antiga sede do Colégio Pedro II – Externato desde 1857. A Igreja foi demolida durante a administração de Pereira Passos para o alargamento da Rua de São Joaquim. O prédio do colégio passou por obras entre 1837 e 1838, sob a direção do arquiteto da Academia Imperial de Belas Artes Grandjean de Montigny, visando aumentar suas dependências e modelá-lo ao estilo dos liceus franceses da época. Atualmente no mesmo endereço está a unidade centro do colégio. Figura: Acervo NUDOM.

## 4.2

### De alunos a cidadãos

Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro.<sup>13</sup>

É verdade que ser caixeiro não era bem o ideal de “boa sociedade” esperado pela monarquia, mas uma grande posição comercial era algo considerável para o pai de Pilar. Porém o que se queria mesmo era formar

<sup>12</sup> Referimo-nos à acepção de Vera Lúcia Cabana de Andrade, que analisa o colégio como instrumento do Estado Imperial, que por sua vez seria o agente na obra de construção da nação através do ensino. Andrade, *Colégio Pedro II: um lugar de memória*, p. III

<sup>13</sup> Assis, *Conto de Escola*, p. 31.

cidadãos ativos, aqueles que guiariam o Império no futuro, e a base desse ensino não passava exatamente pelos elementos mercantis ou contas matemáticas. A formação que se dava para a futura elite era outra.

A esses filhos da “boa sociedade” imperial caberia, por isso, o acesso ao ensino secundário. Dos alunos do Império, seriam eles aqueles que se juntariam futuramente à classe senhorial, possibilitando expandi-la. A eles destinavam-se as escolas secundárias, onde este “moço que tem recebido uma cultura clássica e liberal deve começar os estudos práticos na vida comum ou estudos científicos superiores”,<sup>14</sup> em escolas onde se formariam cidadãos ativos, cultos e de boa índole. A criação do Imperial Colégio de Pedro II em 1837 para suprir a brecha nessa formação e também servir de modelo a todas às outras instituições de ensino secundário na Corte veio auxiliar na consolidação desse projeto civilizatório para formação desses futuros cidadãos, além de incluir um aspecto importante para a concretização da política educacional da monarquia: a intenção de monopolização do ensino, mesmo que indiretamente, pelo governo central. Lembremos que também no período, ainda que pouco antes, a partir de 1835, já começavam a ser criados os primeiros Liceus provinciais, inseridos no contexto do Ato Adicional.

Logo, o ensino secundário seria o difusor natural das boas maneiras e costumes da boa sociedade, enquanto que ao ensino primário caberia “a educação, e educar o povo, inspirar-lhe sentimentos de religião e moral, melhorando-lhe assim um pouco os costumes”.<sup>15</sup> É essa idéia que é explorada pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José da Costa Carvalho, futuro Visconde de Monte Alegre, em relatório de 1850:

Um dos cardeais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento das suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literários, a nobre inspiração a torná-la mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento (...) comunica-se porem nas mil ocasiões que oportunas se apresentam no correr da vida e das *lições colegiais* [grifos meus].<sup>16</sup>

No discurso do ministro percebemos o uso dos conceitos de educação e instrução como sinônimos. Ora, quais seriam então os significados desses termos

<sup>14</sup> Aureliano de Oliveira Coutinho Apud Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*, p.275.

<sup>15</sup> Paulino Soares de Sousa, Apud Idem, p.264.

<sup>16</sup> RMI, José da Costa Carvalho, 1850, p S3-9.

naquele contexto específico? Empreender a análise desses conceitos contextualizados, como sugere Reinhard Koselleck em sua obra *Futuro passado*, é fundamental, pois, segundo o autor, “linguagens e fatos políticos e sociais aparecem de formas diferentes para o historiador e para os atores da história”.<sup>17</sup> Seguindo a sugestão de Koselleck, como temos feito desde o princípio desta dissertação, podemos assim chegar mais próximo ao “espaço de experiência” desses atores, e por isso mesmo conseguir entendê-lo sem o risco de cometer anacronismos.

Desta monta, o Imperial Colégio de Pedro Segundo deveria ser um lugar “onde a mocidade se preparasse de modo completo no estudo das humanidades”.<sup>18</sup> Até então, as “aulas maiores”<sup>19</sup> estavam ainda espalhadas pela cidade sem qualquer inspeção. Essa seria uma outra intenção implícita na criação do colégio: ao reunir e organizar de uma forma nova essas aulas maiores, que por natureza eram avulsas, a proposta era também a de possibilitar e favorecer a inspeção sobre essas aulas. Apesar disso, apenas em 1840, já com Antônio Carlos de Andrada e Silva como Ministro do Império, que o colégio receberia um comissário do governo responsável pela inspeção das aulas na instituição, assim como auxiliar no estabelecimento e processo dos exames finais dos alunos em cada cadeira<sup>20</sup> - visitas de ocasião, no entanto, visando acompanhar o andamento das aulas no colégio já vinham ocorrendo pelo menos desde finais de 1838. Do antigo Seminário, parte da estrutura antiga fora mantida, como a sede física, além de medidas administrativas, como as classes de alunos pensionistas (que pagavam 60\$ anuais), meio-pensionistas (30\$) e gratuitos.<sup>21</sup>

Isso não significa dizer que o Colégio Pedro II se limitou apenas à reunião das aulas avulsas existentes na Corte, pelo contrário: a outra intenção explícita quando da criação do colégio, conforme temos destacado, fora também a da

<sup>17</sup> Koselleck, *Futuro passado*, p. 194.

<sup>18</sup> Anuário do Collegio Pedro II, 1º ano, 1914. Typ. Revista dos Tribunais, p. 43.

<sup>19</sup> As aulas maiores equivaleriam ao ensino secundário. Eram aulas maiores as classes de latim, línguas estrangeiras vivas, retórica e poética. Mesmo após a criação do CPM as mesmas continuam a existir, tanto na Corte quanto no restante do Império.

<sup>20</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 52.

<sup>21</sup> Anuário, op. cit., p. 16. Tais valores, no entanto, não chegavam a ser tão altos para a época. Comerciantes enriquecidos, por exemplo, dispunham de tais quantias para que seus filhos estudassem no colégio, o que teoricamente limitaria a tese que coloca o colégio como local de sociabilidade dos futuros membros da “boa sociedade” imperial. Porém, as formas de acesso, o método de ensino e o tempo de formação intelectual dos alunos na instituição acabariam limitando a permanência na instituição apenas aos filhos da “boa sociedade”. Discutiremos a questão a frente.

proporcionar uma formação mais completa para a mocidade imperial. Nesse sentido, os professores e funcionários, as cadeiras ensinadas e, em última instância, os alunos, concorreriam juntos para que as modificações pelas quais vinha passando o Seminário São Joaquim levassem a algo novo “no espírito de disciplina Religiosa, e de cultura literária”, acompanhando de perto as “modificação, que no longo espaço de um século tem feito as luzes”, inaugurando assim “[a] indispensável gradação na ordem dos conhecimentos” – novidade que o currículo escolar do CPII trazia ao organizar diferentes matérias em anos de estudo de forma hierárquica – “e finalmente das necessidades sempre crescente de uma vasta Capital”<sup>22</sup>, até então ainda sem uma instituição que buscasse formar, no sentido integral, o aluno-cidadão do Império.

Assim, controlar o que seria ensinado para os futuros cidadãos também se fazia necessário, e uma vez lançado o modelo, as outras instituições congêneres na Corte e, pretensão mais ampla e difícil, em todo o país, deveriam necessariamente seguir os programas oficiais sugeridos e adotados pela monarquia no Colégio Pedro II. Garantir-se-ia assim o controle sobre este nível de ensino, que ficara sob jurisdição das províncias desde o Ato Adicional. No que se refere à Corte e à província do Rio de Janeiro podemos identificar, em discursos e memórias, assim como no alto número de ingressos no colégio provenientes dessas regiões, como a criação do Colégio Pedro II foi um marco importante para a sociedade da época, influenciando os programas e organização de outras instituições secundárias naquela região. Concordamos, neste sentido, com Cunha Júnior, quando o autor assevera que

O CPII esteve comprometido com este projeto [de forjar um ideal de nacionalidade e difundir uma cultura local], na medida em que participou do processo de sistematização e escolarização dos saberes produzidos sobre a cultura brasileira.<sup>23</sup>

Pensar as instituições, seguindo sugestões de Demerval Saviani, é também pensar seu contexto de formação, contexto esse que em dado momento criará a necessidade de se “formalizar”, ou atender de forma mais sistemática, às mais

<sup>22</sup> RMI, Bernardo Pereira de Vasconcellos, 1837, p. 15.

<sup>23</sup> Cunha Júnior, *O Imperial Collégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*, p. 106.

diferentes necessidades humanas. No que se refere ao ensino, idem: acompanhando o desenvolvimento da sociedade, em dado momento seria necessário uma intervenção deliberada na organização das visões e leituras de mundo. Assim, na visão do autor, as instituições aparecem como “uma atividade de tipo secundário, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e não-intencional”. O seu processo de formação, no entanto, não se encerra aí:

Tendo em vista as características indicadas, as instituições necessitam, também, se auto-reproduzir, repondo constantemente suas próprias condições de produção, o que lhes confere uma autonomia, ainda que relativa, em face das condições sociais que determinaram o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento.<sup>24</sup>

Essas condições sociais eram marcadas pela reprodução das relações entre grupos e classes, que encontrariam na instituição escolar uma forma de reproduzir também uma dada cultura da qual o colégio apareceria como árbitro cultural. Ou ainda, na visão de Bourdieu, a escola atuaria enquanto organizadora de programas de pensamento que definiriam os espíritos dos indivíduos que a frequentassem, disponibilizando aos mesmos um repertório comum que ela mesma auxilia a organizar e que permite ao aluno ingressar numa comunidade de cultura supostamente coesa e contínua.<sup>25</sup>

Dessa forma, analisando o colégio *em si*, percebemos que o discurso sobre o mesmo ser um padrão ideal era, sim, pensado, organizado e usado na época. Deixando de lado a construção de memória realizada sobre a imagem do colégio nos primeiros anos do século XX – que discutiremos mais a frente –, já havia, desde a criação do colégio, a proposta de nele realizar experimentos de forma que ali se buscasse formar, da melhor maneira possível, os futuros *cidadãos*, os membros da boa sociedade imperial. Assim, depois de realizados os experimentos necessários no colégio, seus resultados poderiam ser levados às outras províncias do Império.

Da mesma forma, enquanto lócus privilegiado para tais experimentações, o CPII atuava como organizador da cultura disponível, ou “árbitro cultural”,

---

<sup>24</sup> Demerval Saviani. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. In *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan/dez 2005, p. 29.

<sup>25</sup> Bourdieu, *Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento*.

propondo temas, manuais e formas de melhor ensinar, através da prática cotidiana de professores, alunos e funcionários, ao Ministério do Império. Pensar o colégio como mero repetidor, ou simples aplicador das instruções “impostas” pelo governo é esvaziar a historicidade do intenso debate, em voga na época e em diferentes espaços, como a Câmara dos Deputados e o IHGB por exemplo, sobre as formas de melhor ensinar, educar e formar, assim, o *brasileiro*. Não nos esqueçamos do papel ativo dos professores, ao criar manuais de ensino a partir das suas aulas dadas no CPII. Não deixemos de lado também a ação constante dos reitores e funcionários da administração escolar do colégio que, a partir das experiências no dia-a-dia do colégio, propunham com frequência ao governo algumas ações sobre a organização do colégio, já que o mesmo estava subordinado ao Ministério do Império. Tal subordinação, no entanto, não esvazia o poder da instituição de refletir e propor ações sobre a realidade *educacional* da época.

No que se refere às outras províncias, no entanto, ainda faltam estudos que sinalizem se tal influência se deu nos seus respectivos colégios.<sup>26</sup> Acreditamos, porém, que a simbologia que envolvia o CPII pode ter influenciado instituições secundárias do Império a seguirem os programas de ensino das mesmas, mesmo porque, quando havia requisições dessas mesmas instituições junto ao Ministério do Império para que seus diplomas fossem reconhecidos tal qual era o do CPII, o Ministério respondia solicitando que o ensino por elas ministrado fosse no mínimo equivalente ao vasto programa de estudos pensado pela monarquia para a formação da mocidade no CPII. Lançamos esses argumentos, porém, apenas como hipóteses a partir de vasta leitura de documentos e ofícios encontrados no Arquivo Nacional. Não pretendemos, por isso, discutir as influências do colégio além da Corte Imperial no período por nós recortado, de sua criação em 1837 até a reforma de 1861.

Neste sentido, seguimos aqui o argumento de Maria de Lourdes Haidar, quando a autora nos lembra que as aulas maiores guiavam-se pelos pontos que seriam cobrados nos exames para as faculdades do Império, oferecendo por isso

---

<sup>26</sup> Conforme já destacamos antes, exceção feita para a província de Minas Gerais, que vem sendo estudada por diferentes autores como Luiz Villalta e Luciano Faria Filho, dentre outros. No que se refere ao Rio de Janeiro, os estudos têm se concentrado à Corte, e principalmente ao ensino primário, com destaque para os estudos de Alessandra Schueler e alguns membros de grupos de pesquisa na UERJ e na UFF.

apenas as disciplinas exigidas nos referidos exames – e quem definia esses pontos era o governo central do Rio de Janeiro.<sup>27</sup> Além disso, a autora lembra que o reconhecimento dos certificados emitidos pelos Liceus provinciais dependia da adoção, por aqueles Liceus, da estrutura e planos de estudos do Colégio Pedro II, após a criação do mesmo em 1837.<sup>28</sup> Logo, o debate centralização vs descentralização, no que se refere ao ensino, acabou sendo mais vantajoso para o lado do governo central, que de longe ainda conseguia manter sob controle o que era ensinado para os futuros cidadãos do Império. Um dos mais graves problemas do ensino secundário em todo o Império, ainda segundo a autora, era a organização do mesmo como simples preparatório aos exames para admissão às faculdades do Império,<sup>29</sup> limitando-o à união numa única instituição das cadeiras exigidas nos preparatórios – problema que o modelo lançado pelo CPII, de inserção e conjugação das aulas num sentido mais amplo enfatizando questões como disciplina e formação do aluno nas humanidades, buscava sanar.<sup>30</sup>

O fato dos diplomas conferidos por esses liceus provinciais não serem suficientes nem reconhecidos pelo governo central para que o aluno tivesse acesso às faculdades do Império acabava levando parte considerável dos jovens aspirantes aos cursos superiores a terminar os estudos nas cidades onde estavam sediadas as faculdades, nos cursos preparatórios anexos às mesmas. Nessas aulas preparatórias os alunos se preparariam para os exames de admissão às faculdades em questão, fosse a de Medicina do Rio e a de Salvador, ou de Direito em Olinda e São Paulo.<sup>31</sup> Mesmo os que terminavam os estudos nos liceus provinciais deveriam, no entanto, prestar-se aos exames de admissão das referidas faculdades, alguns chegando a cursar as aulas preparatórias anexas àquelas.

Apenas mais a frente, em 1878, com a Reforma Leôncio de Carvalho que equiparava os graus emitidos pelos liceus provinciais ao grau de Bacharel pelo CPII, é que os alunos dos liceus provinciais veriam garantido o seu acesso direto às faculdades do Império. Sorte de Amâncio, personagem do romance *Casa de*

<sup>27</sup> Haidar, 1972, p. 22. Diferentes relatórios do Ministério do Império abordam o tema, incluindo questões como falta de professores, tempo das aulas e formação prévia dos alunos. Cfr, por exemplo, RMI, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, 1838, p. 9-10.

<sup>28</sup> Haidar, op. cit., p. 26.

<sup>29</sup> Ibid., p. 47. Não esqueçamos o também grave problema da falta de professores habilitados.

<sup>30</sup> Sobre o currículo escolar no CPII ver Fernando de Araújo Penna. *Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do Colégio de Pedro II e a construção do seu currículo*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

<sup>31</sup> Haidar, op. cit., p. 23.

*Pensão*, passado na década de 1880, pois “Já eram válidos, felizmente, os exames do Liceu do Maranhão, e com as cartas que daí houvesse, podia entrar nas Academias da Corte”<sup>32</sup>, em seu caso, a de Medicina.

Alguns, inclusive, iriam para a Corte, especialmente para estudar no tão comentado e distante Colégio Pedro II. A título de exemplo, vejamos as origens geográficas de todos os alunos matriculados no Colégio Pedro II em 1850:

**Tabela 2**

**Origem geográfica dos alunos matriculados no Colégio Pedro II em 1850.**

Origem	Quantidade	%
<b>Rio de Janeiro (inclui a Corte)</b>	89	<b>65</b>
<b>Espírito Santo</b>	1	<b>0,7</b>
<b>Bahia</b>	6	<b>4</b>
<b>Pernambuco</b>	4	<b>3</b>
<b>Sergipe</b>	1	<b>0,7</b>
<b>Maranhão</b>	2	<b>1</b>
<b>Mato Grosso</b>	3	<b>2</b>
<b>Goiás</b>	2	<b>1</b>
<b>Minas Gerais</b>	1	<b>0,7</b>
<b>São Paulo</b>	8	<b>6</b>
<b>Santa Catarina</b>	1	<b>0,7</b>
<b>São Pedro</b>	18	<b>13</b>
<b>Montevideu (Uruguai)</b>	1	<b>0,7</b>
<b>Lisboa (Portugal)</b>	1	<b>0,7</b>
<b>Prússia</b>	1	<b>0,7</b>
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Secundário, IE4-34, 1851.

A partir da tabela percebemos que a grande maioria dos alunos provinha da Corte e da província fluminense, o que nem por isso limita a participação de outros alunos de províncias mais distantes na instituição. Alunos vindos das províncias de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), São Paulo, Bahia e Pernambuco se destacavam no período, inclusive três estrangeiros: um uruguaio, um português e um prussiano. O fato das quatro províncias citadas enviarem alunos ao colégio sugere-nos uma política de fortalecimento das mesmas frente ao governo central, com destaque para São Pedro e São Paulo, que por isso mesmo

<sup>32</sup> Aluísio Azevedo. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ática, 1992, p. 30. O romance é de 1884.

enviariam à Corte os filhos da “boa sociedade” local para que eles galgassem mais rapidamente os degraus de acesso ao mundo do governo, ou mais especificamente à elite política imperial, uma vez que era a partir da Corte que se decidia, através do poder moderador do Imperador, questões básicas da política nacional como os candidatos das províncias ao Senado, por exemplo. Eleitos a partir de lista tríplice, apenas um – não necessariamente o mais votado – seria escolhido pelo Imperador, pesando aí, portanto, relações de afinidade política e de conhecimento, este característico de uma sociedade de corte.

O ingresso de alunos oriundos dessas províncias sugere-nos também uma tentativa de fortalecer os vínculos com as mesmas após os movimentos sediciosos enfrentados pelo Império naquelas províncias – a Revolução Farroupilha em São Pedro, recém-abortada em 1845, as Revoluções Liberais em São Paulo, de 1842, e ainda a Sabinada, na Bahia, entre 1837 e 1838. Neste sentido, estar na Corte, próximo ao círculo do poder, equivaleria a um “consumo de prestígio” desse membro da *boa sociedade* que assim age, fortalecendo as relações do governo central com as elites provinciais cooptadas recentemente. Ou ainda, no que se refere ao aluno, seguindo as sugestões lançadas por Norbert Elias, “O que se considera um objetivo digno de esforço [...] [é] a expectativa de uma confirmação dos próprios valores ou do acréscimo de atenção e de importância aos olhos dos outros”.<sup>33</sup>

Através do ensino *centralizado* pelo governo imperial, portanto, o poder da *Casa* sobre a criança poderia ser complementado e reforçado pelo do governo, além de promover a resolução de outros problemas, citados pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos quando da inauguração do Colégio Pedro II:

Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de

---

<sup>33</sup> Elias, *A sociedade de corte*, p. 94. Tal assertiva pode também destacar o papel atribuído ao colégio, uma vez que nele se representariam os ideais de nação, civilização e boa sociedade imperiais para a boa sociedade – e, num sentido mais amplo, para o “povo miúdo” – tanto da Corte quanto das províncias.

seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprová.<sup>34</sup>

Garantia-se assim também o controle, mesmo que simbólico, sobre o ensino nas províncias e também o particular, que a nível secundário contava com uma presença considerável de professores estrangeiros, principalmente nas maiores cidades do Império, como o próprio Rio de Janeiro.

Essa linha de argumentação – pela centralização do ensino – é uma constante entre os governantes no Império. Em discursos e relatórios de governantes em anos posteriores ainda percebemos o mesmo tipo de discurso, como em carta de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, em 1851:

Todos reconhecem que a instrução carece de centro e carece de unidade para que possa, como convém, tomar caráter de uma instituição nacional. É a instrução comum, a identidade de hábitos intelectuais e morais que se adquirem nas escolas que, no parecer do ilustrado Sr. Cousin, constituem a unidade e a nacionalidade.<sup>35</sup>

No relatório do Ministério do Império do ano de 1833 essa questão já aparecia, frisando que se fazia urgente reunir as referidas aulas menores também nas capitais das províncias,<sup>36</sup> com o mesmo objetivo de melhor controlar o que estava sendo ensinado aos futuros cidadãos do Império. Lembremos que, apesar do período ser da Regência, em seu início os debates sobre centralização e descentralização ainda eram intensos, e somente após o Ato Adicional de 1834 viriam a ter predomínio os ideais descentralizadores.

No mesmo relatório de 1833, destacava-se o argumento de que se fazia necessário também criar a figura de um inspetor de estudos, frisando-se que a referida tarefa, de suma importância, era impossível de ser praticada pelo Ministro do Império devido a todas as suas outras funções, bem como se discutira que as Câmaras Municipais não seriam, em geral, aptas o suficiente para fiscalizar o

<sup>34</sup> Vasconcelos, *Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838*, p. XXXIII.

<sup>35</sup> Apud Haidar, *O ensino secundário no Império brasileiro*, p. 27.

<sup>36</sup> RMI, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 1833, p. 10.

ensino.<sup>37</sup> Novamente notamos o desejo pelo poder central de controlar melhor a instrução não só na Corte, mas também nas províncias. Apesar disso, o Ato Adicional legara às mesmas a possibilidade de legislar sobre instrução primária, onde os primeiros conceitos de nação seriam lançados.

A falta de compêndios adequados já era reclamação antiga, como percebemos em relatório de 1834. Interessante notar que a fixação dos compêndios a serem utilizados nas escolas também deveria ser, segundo o relatório, decidida pelo governo central, “firmando a certeza de que não se corrompe o espírito débil da juventude, imbuindo-o em doutrinas falsas, ou perigosas, ou por qualquer motivo prejudiciais a ela, ou à Sociedade”.<sup>38</sup> O relatório ainda prossegue com a seguinte argumentação: “Reflitamos, Senhores, que os futuros destinos do Brasil pendem inteiramente da boa, ou má direção, que se der aos espíritos da geração que começa a desenvolver-se”.<sup>39</sup> Percebemos com a citação que o ensino era visto como de fundamental importância para o projeto civilizador do governo, colocando sobre a juventude (bem educada e ensinada) o papel de continuar a obra dos primeiros construtores da nação.

Tal importância dada ao ensino pode ser confirmada em relatório do ano posterior – já estando em vigência as deliberações do Ato Adicional, dentre elas a de deixar a cargo das províncias o ensino primário – quando se critica fortemente a situação do ensino de primeiras letras pelo país:

É lamentável o estado, em que se acham as nossas Escolas Primárias, e mais lamentável ainda, se se recorda o princípio de que em tais Escolas é que se lançam as sementes de Moral, costumes, e bons hábitos, que tem de formar o Cidadão digno de merecer tal nome. Se no seu seio, além do ensino de ler, escrever, e contar, se não adquire o hábito da obediência regrada, o gosto de estudar, a emulação da competência do mérito, os preceitos da Moral filosófica e cristã, não poderemos ter Juventude preparada para maior instrução, ou para satisfazer os encargos da Sociedade, em que tem de viver.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> RMI, Antônio Pinto Chichorro da Gama, 1833, p. 10.

<sup>38</sup> RMI, Joaquim Vieira da Silva e Souza, 1834, p. 13.

<sup>39</sup> *Ibid.*, pp. 13-14.

<sup>40</sup> RMI, José Ignácio Borges, 1835, p. 8.

“Moral, costumes e bons hábitos”: reforça-se que à escola caberia também o papel de *educar* (e não apenas instruir) o futuro *cidadão* do Império.<sup>41</sup> Da mesma forma, caberia à escola, como vemos no trecho relatório, passar ao alunocidadão “o hábito da obediência”, de forma que a manutenção da ordem seja consolidada e de maneira alguma questionada pelos alunos. O ensino se torna, ao mesmo tempo, uma forma de garantir a predominância da tradição monárquica e não um lugar onde seriam incentivados o questionamento, análise e reflexão. O foco humanista reforça tal tradição clássica, bem como a manutenção da ordem.

Ainda no mesmo relatório se criticava a nova organização dada ao ensino pelo Ato Adicional, uma vez que tirara do governo a possibilidade de legislar nacionalmente sobre questões relacionadas à instrução, limitando seu círculo de ação ao da cidade-Corte. Daí a reafirmação da necessidade da figura de um inspetor de ensino, cargo criado efetivamente em 1835, apesar da persistência dos problemas.

Fora também em 1835 que a proposta de uma instituição de nível secundário aparecia como mais necessária e urgente. Após considerações sobre o abandono também das aulas menores, que, sem fiscalização, ficavam sob total controle apenas da vontade de seus respectivos professores, seria sugerida a reunião dessas aulas num Liceu,

aonde reunidas as Escolas, e fixados os Compêndios, assim como a disciplina econômica, e tudo debaixo das vistas de hum Diretor, poderá então tirar-se o proveito desejado de preparar a mocidade para freqüentar as Escolas Maiores, e serem ali habilitados para os destinos sociais, a que suas capacidades os conduzirem.<sup>42</sup>

São frisados, na citação passada, todos os explícitos desejos de organização do ensino pelo governo central no país: reunião das aulas em escolas, de forma a possibilitar um controle e rigidez maiores sobre o que seria ensinado para os futuros cidadãos do Império. Acrescente-se a isso o fato de que fica implícita também uma crítica à organização proposta pelo Ato Adicional que teria

---

<sup>41</sup> Educar visto como um processo de transmissão de valores morais e civis, até então restrito ao âmbito familiar e sob controle absoluto do pater-família, agora passado para as mãos do Estado, que visava assim tirar do poder da casa a prerrogativa de formar os futuros cidadãos do Império. Uma nova tradição – monárquica e unitária – deveria guiar as ações daqueles alunos.

<sup>42</sup> RMI, José Ignacio Borges, 1835, p. 9.

apenas impossibilitado, ou pelo menos atrasado, a organização efetiva de um sistema coerente de ensino no Brasil. Tanto o é que, logo em seguida, o relatório continua abordando a questão, mas frisando que ainda que “uma tal reforma esteja fora do alcance do Governo, ela será em tempo apresentada á vossa consideração”.<sup>43</sup> No ano seguinte, persiste a mesma linha de argumentação:

Conviria muito que uma Lei geral regulasse esta matéria em todo o Império; mas em quanto essa Lei não aparece, o Governo não perde de vista o ir estabelecendo, a proporção que a oportunidade se apresenta, a indicada uniformidade.<sup>44</sup>

O auge de tal processo que cada vez mais buscava controlar o ensino e a educação do aluno-cidadão se deu em 1854, data de implementação da reforma conhecida pelo nome do ministro do Império à época, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Mesmo antes de ser ministro, Ferraz já vinha esboçando um projeto para a criação de uma pasta governamental específica para inspeção do ensino, pelos menos no que se refere à Corte, desde 1850. As outras leis anteriores sobre ensino do Império até tratavam a questão, ainda que de forma muito genérica, e por isso acabariam permanecendo letra-morta ou problemáticas em sua prática. A criação da Inspeção Geral de Instrução Pública Primária e Secundária do Município Neutro mudaria tal horizonte.

A Inspeção foi oficialmente criada em 1854. Antes, entre 1850 e 1854, o Reitor do Colégio Pedro II era também inspetor geral da instrução pública primária e secundária no município da Corte. Após nova legislação sobre instrução pública, de 17 de Fevereiro de 1854 – a chamada lei Couto Ferraz –, o cargo passou a ser único, não podendo o titular exercer outra função. Sua nomeação dependia de Decreto Imperial. Aos seus representantes, membros de um Conselho Diretor, deveriam ser enviados relatórios anuais sobre o cotidiano escolar dos colégios, pois o governo tinha “o indubitável direito de vigiar sobre a educação da mocidade, e sendo o ensino uniforme uma palpitante necessidade”<sup>45</sup> as formas de garantir tal uniformidade deveriam ser lançadas e fiscalizadas. O mesmo conselho deveria “examinar e comparar os métodos e sistemas práticos de

<sup>43</sup> RMI, José Ignácio Borges, 1835, p. 9.

<sup>44</sup> RMI, Antônio Paulino Limpo de Abrêo, 1836, p. 13.

<sup>45</sup> Projeto de reforma dos Estatutos da parte científica do Colégio Pedro II, e reforma do ensino primário particular. Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Secundário, IE4-34, 1852.

ensino, rever e propor os compêndios, indicar da necessidade de se criarem novas escolas no município e aulas no Colégio Pedro II”.<sup>46</sup> Este Conselho seria composto pelo Inspetor geral e, além do Reitor do Colégio Pedro II, por dois professores públicos e um particular (primário ou secundário), e mais dois membros nomeados pelo governo anualmente. Dentre suas principais funções destacavam-se o exame dos métodos de ensino a serem utilizados, a revisão dos compêndios, a criação de novas cadeiras e o sistema de exames, assim como uma vigilância maior sobre os professores em atuação na Corte, incluindo sua avaliação – dos aspirantes e dos professores já em atuação – para que viessem a exercer o magistério.<sup>47</sup> Tais avaliações dos professores, chamadas de provas de capacidades, desde os aspirantes à profissão aos já em exercício, gerou bastante dor de cabeça para a Inspetoria – e fontes para o historiador. Uma série de documentos reunidos no Arquivo Nacional aponta-nos para o fato que, apesar da lei, muitas pessoas continuariam a recorrer às suas relações pessoais para fugir a tal avaliação de capacidades.<sup>48</sup>

Ainda no que se refere ao magistério, além de regular a profissão (inclusive os salários, alvos de constantes reclamações), a reforma também buscava limitar a atuação do docente: a função passaria seria única, sendo vedada sua acumulação com outros cargos, prática comum na época – parte considerável dos próprios professores do CPEI o atesta. Conforme o artigo 33 da lei: “O professor público não poderá exercer nenhum emprego administrativo sem autorização prévia do Inspetor Geral [...] Fica-lhe absolutamente proibida qualquer profissão comercial ou industrial”.<sup>49</sup> Apesar da proibição, percebemos, porém, que uma brecha ficava aberta para que certos casos fossem antes avaliados pelo Inspetor. A Reforma incluía também a previsão de alguns professores

<sup>46</sup> Selma Mattos, *O Brasil em Lições*, p. 39.

<sup>47</sup> Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854, p. 49. Pesquisadores vinculados ao programa de pós-graduação em educação da UERJ têm realizado uma série de estudos sobre os impactos da referida reforma nos diferentes níveis de ensino na Corte. Consultar, além dos estudos de José Gondra e Alessandra Schueler, principalmente a dissertação de mestrado de Angélica Borges, *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Dissertação de mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Ver também Vinícius Liorde Pontes. *A Reforma Couto Ferraz e o estabelecimento de uma direção para a instrução primária e secundária no Império do Brasil*. Dissertação de mestrado em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

<sup>48</sup> Cfr. Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Primário (IE5), principalmente os documentos nas pastas IE5-127 e IE5-128, ambos referidos aos anos de 1854 e 1855.

<sup>49</sup> Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854, p. 53

atuarem na educação de adultos, desde que tivessem tempo vago.<sup>50</sup> Não foram encontrados registros, no entanto, sobre a implementação dessa proposta.

“Vigiar sobre a educação da mocidade” seria, portanto, a intenção principal da reforma, controlando desde o cotidiano escolar até as leituras feitas pelos alunos. Na falta de compêndios adequados, os próprios professores do Colégio Pedro II organizavam, a partir das aulas dadas, resumos e sínteses para o ensino, principalmente da tão necessária história pátria. Esse “improvisado”, ao mesmo tempo em que era alvo de críticas (e de autocrítica) pelo governo, era também motivo de elogios, pois, apesar da falta desses manuais, os alunos obtinham bons resultados nos exames de tão importante disciplina. O conselheiro Joaquim Gonçalves Lêdo e o doutor Francisco de Paula Cândido, em comissão formada para inspecionar os estudos no CPH no final de 1838, atestavam o sucesso do ensino do colégio: mesmo sem os compêndios, “é para admirar o como eles tem dado a uma tenaz memória as lições orais do Lente”. Lêdo e Cândido ainda complementam, ressaltando o talento dos professores e alunos selecionados para o colégio:

Não é isto pouco; é mais talvez do que se podia esperar em tão pouco tempo: o fato existe, e deve-se a constância, à atividade do Bacharel Justiniano José da Rocha [professor de geografia e história na época], e a índole talentosa dos meninos Brasileiros.<sup>51</sup>

Outras aulas, como a de aritmética, também foram inspecionadas por Lêdo e Cândido, servindo sempre como comprovação aos dois do sucesso da empreitada do governo, tanto que, em nova proposta de reforma, em 1847 e que levaria a já discutida Couto Ferraz, os conselheiros de estado Bernardo Pereira de Vasconcelos, Humberto Hermeto Carneiro Leão e Visconde de Montalegre destacariam, em forte tom de crítica, que

No Brasil, bem como em quase todos os países conhecidos, sente-se um prurido de reformar e inovar, que rara é a instituição que se pode desvanecer da duração

---

<sup>50</sup> Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854, p. 59.

<sup>51</sup> Arquivo Nacional, Conselho de Estado – Secção do Império, Instrução Pública – Collégio Pedro II. Cx. 509, Pac. 5. Doc. 98.

de alguns anos sem graves e essenciais alterações, que poucas vezes tem por si a sanção dos princípios da experiência.<sup>52</sup>

A partir dessa sessão do Conselho de Estado, realizada em princípios de 1847, seriam lançadas as bases para que a *inspeção*, antes da idéia de reforma em si, fosse privilegiada na busca por soluções e pelo “aperfeiçoamento” do *ensino* e da *educação* da “boa mocidade” imperial.

Na tarefa de civilizar o cidadão, os livros começavam a adquirir papel de destaque, ao complementar a função *civilizadora* já iniciada pelos professores. E era no Pedro II que parte dessa produção se realizava, assim como no IHGB, ambos seguindo de perto a ideologia monárquica que visava garantir, acima de tudo, civilização e ordem na nação.

Desses livros, ou *manuals*, para usarmos um termo da época, os de história pátria começariam a ganhar destaque e não por acaso. Esses manuais adquiririam a função privilegiada de divulgadores da imagem oficial que a monarquia construía para a nação. É nesse sentido que se destaca a obra de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Collégio de Pedro II*, obra em dois volumes, um em 1861 e o outro em 1863. Macedo, que além de professor do colégio foi deputado, membro do IHGB, da Sociedade Petalógica e de vários outros espaços de corte, sempre esteve próximo a pessoas que favorecessem sua manutenção dentro daquele tipo de sociabilidades, filtradas e expostas aos seus alunos do CPII, filhos da boa sociedade imperial, em suas obras que serviriam de padrão para a forma de ensinar história até hoje. Na análise de Selma Rinaldi de Mattos, Macedo teria consolidado uma espécie de “pedagogia da nação” ao tornar a história, já devidamente “recolhida” e “analisada”, numa narrativa que revelaria o sentido da formação do povo brasileiro,<sup>53</sup> destacando nessa narrativa tanto a ordem imperial e seus cidadãos quanto o espaço de destaque do Império do Brasil entre as nações civilizadas.

Já estariam em uso no colégio, no entanto, as obras do português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, *Resumo da História do Brasil até 1828*, de 1831 (e desde 1841 utilizado no CPII), e do general pernambucano – que não teve sua

<sup>52</sup> Arquivo Nacional, Conselho de Estado – Secção do Império, Instrução Pública – Collégio Pedro II. Cx. 509, Pac. 5. Doc. 98.

<sup>53</sup> Selma Mattos, *O Brasil em lições*, p. 69.

obra bem recebida pelo IHGB, o que motivou seu afastamento do instituto – Abreu e Lima intitulado *Compêndio de História do Brasil*, de 1843 (utilizado no colégio entre 1850 e 1862). A obra que marcaria, porém, a escrita da história nacional e viria a servir de base para os compêndios escritos futuramente – na república inclusive – seria as *Lições de História do Brasil* de Macedo, publicada em 1861 e logo em seguida adotada no CPII em substituição ao manual de Abreu e Lima.

As *Lições* tornaram-se fundamentais para pensar as visões que o manual didático de história legitima, pois na obra o autor lançara as bases da interpretação da história nacional através de uma história conservadora que privilegia e legitima a ordem imperial assim como o lugar da boa sociedade na sociedade como um todo. Ali estariam lançadas as bases para a construção de uma identidade que extravasaria o século XIX, já que os manuais didáticos posteriores seguiriam de perto aquele padrão, permitindo àquela construção histórica atuar ativamente na constituição de uma consciência histórica que tenderia, a partir dessa naturalização, a legitimar uma construção social hierárquica da sociedade.

Era o aluno do ensino secundário tendo confirmada sua vocação para cidadão. Afinal, não era a história – e os ensinamentos que ela oferecia – àquele tempo os grandes mestres da vida?<sup>54</sup>

### 4.3

#### De cidadãos a Bacharéis

Nesse caminho rumo à formação dos cidadãos ideais da nação, devemos destacar que os alunos formados pelo Colégio Pedro II recebiam o importante título de *Bacharel em Letras*, que lhes garantia acesso direto às faculdades do Império (Direito preferencialmente, e Medicina), onde, por sua vez, completavam seu acesso ao “mundo oficial”, ou “mundo do governo”. Segundo Escragnolle Dória, desde agosto de 1843, por lei de 20 daquele mês, já existiam medidas legais que garantiam ao portador do título de Bacharel pelo Colégio Pedro II a matrícula imediata nas academias do Império, bastando para tal a apresentação do respectivo diploma em *letras*. Novo decreto de 20 de dezembro do mesmo ano

<sup>54</sup> Arnaldo Momigliano, *L'histoire ancienne et l'Antiquaire*. In *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

regularia a expedição desses diplomas para aqueles que haviam colado o grau de bacharel em letras no colégio.<sup>55</sup>

A primeira cerimônia de colação de grau e distribuição do título de Bacharel aconteceu a 21 de dezembro de 1843. Sua preparação, no entanto, já vinha sendo pensada há algum tempo: desde os exames finais dos alunos, realizados sempre em novembro, a reitoria do colégio já começaria a enviar uma série de ofícios ao Ministério do Império solicitando guardas para servir na entrada do colégio, assim como a compra das mais garbosas flores (e folhas de cravo e canela segundo Dória)<sup>56</sup> para enfeite do saguão de entrada e do Salão Nobre, ou Sala Grande, local onde se realizaria a cerimônia em dezembro. Da mesma forma, enviavam-se ofícios ao Ministério para saber se o Imperador estaria presente à cerimônia, assim como quais outros notórios membros da burocracia imperial, perguntando também, caso os mesmos se fizessem presentes – e no geral se faziam – o horário de sua chegada à instituição, lembrando que as solenidades da entrega dos prêmios teriam início às 11h.<sup>57</sup>

Apenas os alunos aprovados nos exames e tendo findo os estudos equivalentes ao último ano de estudos do Colégio Pedro II poderiam receber o grau de Bacharel em Letras. Antes, no entanto, esse aluno prestes a se tornar cidadão deveria ainda fazer um juramento ao receber o título de Bacharel: após receber os prêmios pelos bons resultados nos exames, os alunos, por ordem de matrícula, seriam apresentados pelo Reitor ao Ministro do Império ou seu representante: “Apresento a V. Ex<sup>a</sup> o Snr. F..., que pede o Grau de Bacharel em Letras, e está habilitado, para obtê-lo”. Em seguida, o aluno, de joelhos, com as mãos direitas sobre o Evangelho, deveria jurar “respeitar, e defender constantemente as Instituições pátrias: concorrer quanto me for possível, para a prosperidade do Império: e satisfazer com lealdade as obrigações, que me forem incumbidas”.<sup>58</sup> Em seguida, o Ministro do Império ou comissário nomeado pelo governo imporá sobre o aluno o Barrete da Faculdade de Letras, de cetim branco

<sup>55</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 55.

<sup>56</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>57</sup> A documentação referente a essas questões de colação de grau, presença do Imperador, solicitação de guardas e flores do Jardim Botânico para servir de enfeite e sugestão de horário para presença costuma se repetir anualmente, pelo menos no que se refere à documentação da década de 1850 às quais tivemos acesso. Cf., por exemplo, ofício de 21 de novembro de 1851, na pasta IE4-34 da Série Educação – Ensino Secundário, do Arquivo Nacional.

<sup>58</sup> Instituição do Bacharelado. Seu Prestígio no Império – Seu Desaparecimento. In: *Anuário do Colégio Pedro II*. Volume XV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 351.

com franjas da mesma cor, seguido das palavras “Dou-vos o grau de Bacharel em Letras, que espero que honreis sempre tanto como o haveis sabido merecer”<sup>59</sup> e da entrega do diploma de Bacharel em pergaminho, assinado pelo Ministro do Império e pelo reitor do colégio (apenas na primeira cerimônia, de 1843, que o diploma dependia também da assinatura do vice-reitor).<sup>60</sup>

Mas como poderia a primeira cerimônia de colação de grau ter lugar em 1843, apenas seis anos após o início das atividades escolares no CPII? A questão se explica da seguinte forma: inicialmente, segundo os primeiros regulamentos do colégio, após seis anos de estudo o aluno já poderia receber o grau. Tal medida fora modificada com a reforma de 1841, quando foi acrescentado um ano ao curso completo, para que o aluno tivesse mais tempo de desenvolver o raciocínio, além

<sup>59</sup> Instituição do Bacharelado. Seu Prestígio no Império – Seu Desaparecimento. In: *Anuário do Colégio Pedro II*. Volume XV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 351.

<sup>60</sup> O Diploma era pago e dependia de selo rubricado na Corte para ser autenticado e registrado no Colégio. A partir de 1844, tal seria o conteúdo do Diploma recebido pelo aluno-bacharel:

“Art. 7º. O Diploma de Bacharel em Letras consistirá em uma folha de pergaminho, contendo impressas, a saber:

§1º. Na primeira página interior a certidão, de que trata o Art. 2º com o teor seguinte:

O Reitor, Vice-Reitor, e mais Membros do Conselho de Colegial do Colégio de Pedro Segundo, tendo apresentado as notas respectivas ao Snr. F..., filho de... nascido aos dias de tal mês, e tal ano, natural da Província de tal... fazem certo aos que o presente vivem, que o mesmo Snr. F. tem feito os estudos declarados nos Estatutos, que regulam este Estabelecimento, e foi aprovado em todas as matérias ensinadas; pelo que o consideram com a aptidão necessária, para receber o Grau de Bacharel em Letras, que lhe concede o Art. 234 dos referidos Estatutos.

[Se o Aluno tiver sido premiado, acrescentar-se-á] Certificam outrossim com particular satisfação, que o dito Snr. F... foi premiado no primeiro ano H, no segundo ano H [declarando a natureza dos prêmios].

E em testemunho do que dito fica, dá-se-lhe o presente Título assinado pelo Reitor, e selado com o Selo do Referido Colégio. Rio de Janeiro aos tantos de tal mês e tal ano.

[Este selo será conforme o modelo N. 1º, e pendente de fita branca].

§2º. E na página seguinte a Carta mandada passar pelo Ministro do Império, e que será por ele assinada com o teor seguinte:

F... do Conselho de Sua Majestade o Imperador [o Título, que tiver] Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, e nesta qualidade Diretor do Colégio de Pedro Segundo, conforme os Estatutos, que regulam o referido Estabelecimento, atendendo ao Título de aptidão obtido pelo Snr. F..., filho... natural da Província de tal, onde nasceu aos tantos de tal mês de tal ano: e certificado da identidade de sua pessoa pelo Reitor que mo apresentou, perante o Vice-Reitor, e mais Membros do Conselho Colegial do mencionado Estabelecimento, faço certo aos que esta Carta virem, que ao dito Snr. F... dei o Grau, e mandei passar a presente, como seu Diploma de Bacharel em Letras, em virtude do qual gozava ele da prerrogativa, que lhe concede o Decreto de 30 de Setembro de 1843, Art.1º., e das que lhe forem garantidas pelas Leis do Império”.

Arquivo Nacional, Conselho de Estado – Secção do Império. Consulta de 12 de Fevereiro de 1844 ao Conselho de Estado: “*Sobre a maneira de se conferir o grau de Bacharel em Letras pelo Colégio de Pedro 2º a passar-se o respectivo diploma*” [...] Consulta da Seção, datada de 12 de Fevereiro de 1844, sobre a maneira de conferir-se o Grau, e passar-se a Carta dos Bacharéis em Letras. Baixou-se Decreto, na conformidade da Resolução, em 25 de Abril de 1844. Resolvida em 13 de Abril do referido ano. Caixa 525, Pacote 3, Documento 54.

da memória.<sup>61</sup> Assim, os bacharéis de 1843 sofreram as medidas da reforma de 1841 – logo, apenas depois de completados os sete anos de estudo poderiam colar grau. A resposta da questão está no primeiro ano de atividades do colégio. Muitos dos primeiros alunos matriculados após os exames de admissão seriam os únicos aprovados para as diferentes classes de ensino. Como, porém, outros alunos foram se matriculando no colégio ao decorrer do ano, algumas turmas foram formadas no segundo semestre. Tal foi o caso ocorrido no ano de 1838, que contou com avaliações em julho, de forma que, na medida em que novos alunos fossem ingressando no colégio, novas turmas se formassem. Por exemplo: um dos bacharéis de 1843, Francisco de Sales Rosa, fora admitido no colégio como interno da oitava classe em abril de 1838. Nos exames finais de 1840, porém, fora aprovado para o quinto ano de estudos, a principiar em 1841. O sétimo ano fora cursado pelo aluno em 1843, quando recebeu o grau.<sup>62</sup>

Segundo Escragnolle Dória, o Imperador participou ativamente da primeira colação de grau dos bacharéis da turma de 1838 — que teve lugar no dia 21 de dezembro de 1843, uma segunda-feira, às 11h. Antes da entrega dos prêmios o professor de retórica à época, Santiago Nunes Ribeiro, proferiu o discurso inicial versando sobre a utilidade da conjugação entre religião e mocidade para que dela se esperassem bons frutos. Após o discurso, passou-se para a entrega dos prêmios: os primeiros alunos os receberam diretamente das mãos do próprio Imperador. Os outros os receberam das mãos do Reitor Joaquim Caetano da Silva, também professor de grego da instituição, no Salão Nobre “repleto de público” conforme Dória nos relata.<sup>63</sup> Finda a colação do grau e a cerimônia de recebimento do título de Bacharel, um dos membros da turma de bacharéis daquele ano, Carlos Arthur Busch Varella, “grande orador forense” no futuro, ainda lera um discurso de sua autoria de agradecimento e despedida, que causara no público uma grata impressão segundo Escragnolle Dória.<sup>64</sup>

<sup>61</sup> Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Império do Brasil. *REGULAMENTO Nº 62 – do 1º de Fevereiro de 1841*. Altera algumas das disposições do Regulamento Nº. 8 de 31 de Janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Colégio de Pedro Segundo, p. 13-16. O regulamento em questão fixava ainda as matérias de cada ano de estudos, desde então sete, aumentando para vinte cinco horas semanais as aulas do 1º ao 4º ano e a trinta para as aulas do 5º ao 7º ano. A aula equivalia a uma hora, variando portanto a quantidade de aulas por disciplina. Retórica e Poética, disciplina única dos 6º e 7º anos, tinha cinco horas de estudos semanais. Por outro lado, Inglês, nos dois anos em questão, contava apenas com uma hora de aula por semana.

<sup>62</sup> NUDOM-CPII. *Matrículas*. 1838-1854.

<sup>63</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 55.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 56.

Desnecessário se faz dizer que o grau de Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II era extremamente valorizado entre os círculos da boa sociedade imperial. Só o nome do Colégio, conjugado à presença habitual do Imperador à instituição em variadas oportunidades durante o ano letivo e, como coroação dessa presença, na cerimônia de entrega dos títulos de bacharel, já garantia ao aluno ingresso imediato, enquanto *cidadão*, no mundo oficial do Império. Além disso, o fato do Salão ficar “repleto de público”, assim como as ruas no entorno do colégio também ficarem apinhadas de gente curiosa para ver tanto a Família Imperial quanto membros do governo e também os alunos com seu uniforme característico após a cerimônia demonstra a importância daquele momento na vida daqueles membros da boa sociedade: eles se faziam ver pela plebe, assim como eram vistos pelos pares, os mais selecionados entre eles.

A cerimônia, na verdade, começava algumas horas antes da distribuição em si. Desde cedo a Rua Larga de São Joaquim já ficava repleta de gente aguardando que, ao longe, vindos da Quinta Imperial de São Cristóvão, aparecessem a cavalaria imperial seguida da carruagem com o Imperador e sua família. Na chegada ao colégio teria lugar uma apresentação de armas seguidas do Hino Nacional. À porta do Colégio, recebido pelo reitor, pelo vice e pelos professores, o Imperador era acompanhado até o Salão Nobre onde tomava assento e escutava o coro dos alunos entoarem o Hino da Independência. Em todo percurso, o Imperador cumprimentava e era cumprimentado.<sup>65</sup>

Quem também chegava cheio de pompa eram os futuros bacharéis, que segundo nos conta Dória costumavam vir de casa de *coupé* de cavalos brancos, transporte que custava a bagatela de 100\$000 por hora, preço nada em conta na interpretação do autor. Além disso, os bacharéis se vestiriam conforme a solenidade da ocasião: a casaca, o colete e a calça deveriam ser preferencialmente novos, e melhor ainda se confeccionados pelos melhores alfaiates da cidade. Em 1858, por exemplo, o alfaiate da moda era o Raunier, a quem as famílias com mais posses recorriam para vestir filhos, pais e mães, a ponto de algumas dessas comparecerem à cerimônia dos filhos “faceirando-se jovens” na visão de Dória.<sup>66</sup>

O Colégio Pedro II atuava assim como um espaço de destaque nos círculos aristocráticos da sociedade de corte brasileira, espaço tanto de convívio social

<sup>65</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 72.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 92-93.

quanto de fonte de cultura a seus frequentadores. Recebendo o grau de bacharel, o aluno adquiria também prestígio entre os seus, tornando o valor de prestígio evidente por si mesmo ao se tornar visto na cerimônia, recebendo das mãos do Imperador o título que o tornava cidadão. Nas palavras do professor Macedo:

O jovem que quer ter o curso do bacharelado em letras pretende naturalmente seguir uma carreira literária e nessa carreira não aproveitam ao país senão aqueles que têm uma inteligência pelo menos medíocre e, por conseqüência, o Imperial Colégio de Pedro II, com o seu sistema de ensino simultâneo, tem um fim duplamente útil. Porque, ao mesmo tempo que facilita o progresso das inteligências felizes, faz com que desanimem no princípio da carreira literária os desfavorecidos da natureza, os pobres de espírito, os moços sem capacidade intelectual [...].<sup>67</sup>

Nesse processo, portanto, nem todo o aluno do Império alcançaria, através do título de bacharel, o acesso pleno à cidadania.

Recorremos mais uma vez aos estudos de Pierre Bourdieu para pensar a relação entre a reprodução cultural e a reprodução social. A partir de estudos realizados na França contemporânea sobre a relação dos grupos sociais com o aparato cultural disponível, o autor percebeu que bens culturais são mais valorizados por aqueles que têm um histórico familiar de cultivo ao gosto pela arte e cultura no geral. Nesse sentido, pessoas com origem familiar fora dos quadros das elites, ou de elite porém mais vinculadas a questões práticas como posse de indústrias e comércio, não veriam no título de bacharel em ciências ou letras um grande valor em si. Para sua posição social, o título não faria diferença. Por outro lado, os detentores desses títulos de maior prestígio dispõem também de um capital cultural herdado de suas relações familiares – incluindo gostos, gestos e hábitos típicos de membros da boa sociedade.

No que se refere à análise do caso brasileiro no século XIX, identificamos uma situação análoga: o título de bacharel, de fato, possuía forte eficácia simbólica, limitada porém aos membros da boa sociedade imperial, uma vez que só faria sentido ser bacharel se o título viesse *complementar* uma relação com a cultura e com o *habitus* da boa sociedade já adquirido pelo aluno em sua relação

---

<sup>67</sup> Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, p. 330.

familiar. A crise que se instala nos anos finais da monarquia teria, assim, relação com uma oferta maior de bacharéis no “mercado de trabalho” das grandes cidades que, no entanto, não tinham condições de absorver tamanha quantidade de bacharéis sem relações familiares que lhes facilitassem o acesso ao mundo do governo. No que se refere ao espaço-tempo de nosso estudo, como levantaremos em tabela mais a frente, pelo menos metade dos bacharéis em letras pelo CPII ingressariam, sem maiores problemas, nos círculos da boa sociedade da monarquia, servindo assim para a reprodução da classe senhorial do Império. Dessa forma, a seguinte assertiva de Bourdieu, de que “o diploma não passa, em última instância, de uma caução facultativa que serve para legitimar uma herança”,<sup>68</sup> serve perfeitamente para pensar, também, o caso brasileiro.

Assim, segundo análise de Lília Schwarcz, “formação, carreira, titulação e relações pessoais não deixavam de constituir uma identidade entre os elementos que formam o segmento que vimos denominando de ‘mais próximos’ [do imperador]”.<sup>69</sup> É a autora quem complementa:

*Bacharel*, durante o Segundo Reinado, aos poucos transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental. [...] [jovens] que fazem do diploma uma distinção, uma forma de sobrevivência estável e facilitada.<sup>70</sup> [grifo no original]

Afinal, nem todo bacharel se encaixaria, necessariamente, no “mercado de trabalho” do Segundo Reinado; neste sentido, a figura do *flanêur*, tendo no Brás Cubas de Machado de Assis o seu tipo mais emblemático, apresenta-se entre os meios da boa sociedade simplesmente a partir de suas relações pessoais e de seus títulos – o de bacharel como um deles. Tendo em mente tais considerações sobre a importância do *título* de bacharel, recorramos mais uma vez à interpretação clássica de Norbert Elias sobre os costumes de uma sociedade de corte que nos auxiliam a pensar a importância do mesmo considerado em si:

Em toda ‘boa sociedade’, ou seja, em toda sociedade com tendência a se segregar e destacar dos campos sociais circundantes [...], esse isolamento, esse

<sup>68</sup> Bourdieu, *Reprodução cultural e reprodução social*, p. 334.

<sup>69</sup> Schwarcz, *As barbas do Imperador*, p. 110.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 119.

pertencimento à ‘boa sociedade’ estão entre os fundamentos constitutivos tanto da identidade pessoal como da existência social. [...] ele só faz parte de fato da ‘boa sociedade’ enquanto os outros *acham* que faz, ou seja, enquanto o consideram um membro. A opinião social [...] funda a existência.<sup>71</sup> [grifo meu]

Dessa forma, o colégio aparece enquanto um dos espaços privilegiados na sociedade imperial para que os membros da “boa sociedade” pudessem reafirmar, mesmo que através de seus filhos, seu pertencimento e presença junto à sociedade de corte carioca. Muito mais que instrumento do governo, o colégio aparecia também como agente na conformação das identidades tanto de seu corpo administrativo – reitores, docentes, empregados em geral, todos escolhidos a dedo pelos ministros que assumem a pasta do Império – quanto de seu corpo discente – também selecionado a dedo entre as melhores famílias da “boa sociedade” carioca e imperial – e também do povo miúdo que, de fora, apenas assistia ao desfilar daquela gente, figurante de si mesma no jogo de identidades e hierarquias da sociedade imperial. Ou ainda segundo Dória: “alguns [desses membros da boa sociedade imperial] a ele [ao Colégio Pedro II no dia de colação de grau] sem dúvida só compareciam para que o Imperador *os visse*.” [grifos no original].<sup>72</sup>

Finda a cerimônia de colação de grau, após o beija-mão dos já bacharéis ao Imperador e à Imperatriz Thereza Cristina (formalmente casada com Pedro II desde 1842, e chegada ao Brasil em setembro de 1843), todos saíam ao som do Hino Nacional, acompanhando o casal Real até a rua, passando pelos corredores repletos das folhagens de cravo e canela que destacariam o louro da ocasião. Após a partida do Imperador, alguns bacharéis seguiam de volta com suas famílias para suas casas. Outros ainda se demoravam um pouco mais na porta e no entorno do colégio, de forma que pudessem ser “melhor contemplados” pela platéia.<sup>73</sup>

Da mesma forma, no regresso aos seus bairros de origem teriam lugar novas apresentações aos vizinhos. Visitas chegavam para cumprimentar o novo bacharel, jantares eram oferecidos, novas festas seriam realizadas. Os próprios bacharéis colegas de turma marcavam jantares entre si para prolongar o momento de glória, assim como a amizade. Dória cita-nos um caso desses, vivido pelo bacharel em 1858 Alfredo d’Escagnolle Taunay:

<sup>71</sup> Elias, *A sociedade de corte*, p. 111-112.

<sup>72</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 92.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 93.

Desfrutava eu o começo das férias quando em casa apareceu comissão de bacharéis, três dos meus colegas e mais o Dr. Souza (Dr. Antônio José de Souza, professor de Latim no Colégio), a fim de pedir a meus pais consentissem fosse eu assistir ao jantar que um rapaz de nossa turma nos dava. O primeiro movimento de meu pai foi recusa... [...] Todos prometeram vigiar-me e lá partimos de carro. De fato o jantar foi opíparo; mas mantive boa a palavra dada a meu pai, e voltei cedo para casa, enquanto os outros convivas faziam mil diabruras”.<sup>74</sup>

Festas que se prolongavam para muito além da cerimônia realizada em dezembro no Colégio Pedro II. Afinal, ser Bacharel no Império não era pouca coisa.

Os bacharéis seriam, a partir da década de 1850 em diante, o tipo cultural dominante na nação oficial, e possuíam inclusive preferência e facilidades de acesso na carreira política. A monopolização dos espaços públicos por este grupo geraria, segundo Roderick Barman, uma concepção de mundo ideal pensada pelo grupo de bacharéis e que seria por eles identificada à nação como um todo, “impondo” ao resto do país seus ideais políticos que no geral, até a década de 1870, seriam os mesmos do governo, seu maior empregador. Neste círculo de poder, novamente apareceria a figura de Dom Pedro II, desta vez atuando ao mesmo tempo como “essência” e modelo dos bacharéis à época, assim como protetor e maior patrono dos *homens de casaca* com título de bacharel no Império.<sup>75</sup>

No Colégio Pedro II, dessa forma, teria início a formação desses futuros cidadãos ativos, futuros “governantes” da nação, uma vez que a organização de seu espaço escolar favoreceria uma socialização e homogeneização ideológica “inicial” desses futuros agentes, auxiliadas pela presença constante dos mais destacados membros da “boa sociedade” imperial no colégio, assim como pelo fato de parte significativa dos alunos que completariam os sete anos de estudos terem estudado na instituição enquanto internos. José Murilo de Carvalho, em sua obra *A construção da ordem*, nos mostra como, focando sua análise nos cursos superiores do Império, tais espaços favoreceram a formação de laços sociais e intelectuais fortes o suficiente não apenas entre ex-colegas de turma, mas também

<sup>74</sup> Taunay apud Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 94.

<sup>75</sup> Roderick J. Barman, *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 238-239.

entre eles e a monarquia, afinal era ela quem organizava os programas das faculdades, assim como os empregaria após formados, facilitando uma espécie de “treinamento” e “homogeneidade ideológica” desses agentes. Assim, a formação superior facilitaria a formação de certa identidade comum em seus alunos numa espécie de projeto triplo através da homogeneidade ideológica e da socialização oferecidas pelo espaço institucional, seguido do treinamento de alguns desses agentes em cargos políticos de destaque.<sup>76</sup>

Nossa questão é tentar trazer este debate sobre *formação, socialização e*, de uma forma diferente, porém análoga, *treinamento*,<sup>77</sup> para a discussão também da formação dos alunos do ensino secundário, em nosso caso no CPII. Pretendemos levantar que no Pedro II já se iniciava esta conformação ideológica, uma vez que para autores e professores da instituição como Joaquim Manuel de Macedo e Escragnolle Dória, este professor do colégio já no século XX, a instituição atuava como uma espécie de ensino superior de letras e artes no Brasil imperial.<sup>78</sup> Da mesma forma, o espaço intelectual do colégio era tão rico que alguns de seus ex-alunos, em suas memórias de infância como estudantes do colégio, costumavam destacar a importância que a formação humanística e relações sociais proporcionadas pelo colégio tiveram em suas vidas. Deixemos um ex-aluno e professor do colégio falar por nós:

Formando uma coletividade, um pequeno Estado, com a sua Lei, com os seus chefes supremos – seus reitores, com os seus mestres, com seus inspetores de disciplina que era a sua polícia, o *Colégio desenvolvia a cidadania*, a união, a solidariedade, isto é, o espírito de disciplina social, o hábito da convivência em comunidade, a consciência dos deveres e direitos de que não pode prescindir a vida coletiva.<sup>79</sup> [grifos meus]

<sup>76</sup> Carvalho, *A construção da ordem*, pp. 65-88.

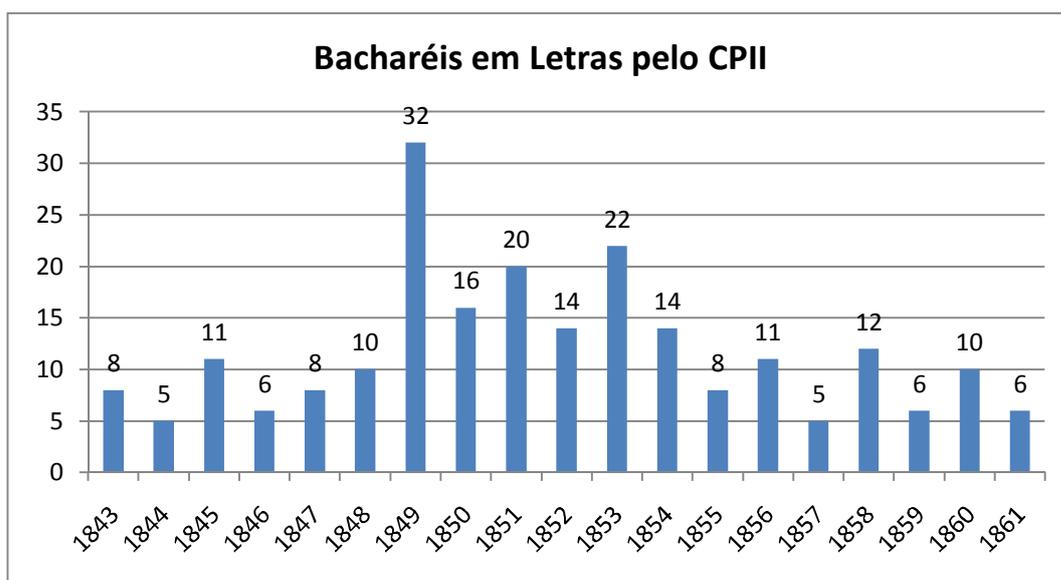
<sup>77</sup> Pensando treinamento aqui como as formas de disciplinamento sofridas pelos alunos no colégio, que incluem tanto os castigos mas principalmente o *habitus* de uma sociedade de corte. A aprendizagem de retórica e oratória, por exemplo, permite-nos considerar uma análise dessa forma.

<sup>78</sup> Escragnolle Dória. Discurso do orador oficial do colégio, prof. Luiz Gastão d'Escragnolle Dória. In: *Anuário do Colégio Pedro II*. Ano V. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1927, p. 49.

<sup>79</sup> José Antônio de Abreu Fialho. Discurso do professor José Antônio de Abreu Fialho, em nome de antigos alumnos. In: *Anuário do Colégio Pedro II*. Volume V – comemorativo do 1º centenário natalício de D. Pedro II (1825-1925). Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1927, p. 65. Apesar de bacharel pela turma de 1891, Fialho destaca no relato a sua vivência no colégio ainda na monarquia, lembrando a relação de proximidade dos alunos entre si e com o Imperador, presença constante mesmo nos anos finais do Império.

A leitura das tabelas a seguir facilita a exposição desse argumento. Apresentamos na tabela abaixo a ocupação futura de parte dos alunos formados desde a primeira colação de grau, realizada em fins de 1843, até a turma de bacharéis formada no ano de 1861, limite de nossa análise. Nesse período, o colégio formou no total 224 alunos. Vejamos na tabela a quantidade de formados por ano no período aqui estudado:

**Tabela 3**



Fonte: OS BACHARÉIS em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, 1897. NUDOM-CPIO.

Os primeiros anos de funcionamento do colégio nos sinalizam para um sucesso maior no intento de reproduzir a “boa sociedade” imperial oferecendo aos filhos da mesma o título de Bacharel em Letras do Colégio Pedro II. O ano de 1849 merece destaque em especial: 32 alunos receberam o grau de bacharel. Após a Reforma Couto Ferraz, de 1854, percebemos que o número de alunos formados tende a diminuir. Interpretamos a questão de duas formas: a primeira devido a tão sublinhada dificuldade que os exames finais viriam a ter após a reforma, por exigência do governo, visando uma avaliação mais completa e exigente por parte dos professores – o que geraria uma melhor avaliação e *seleção* dos alunos –, e a segunda como decorrência do crescimento na oferta de aulas particulares a nível secundário na Corte, em especial aquelas cobradas nos exames para ingresso nas

faculdades, assim como o surgimento de novos colégios secundários também no formato de internato, como o Freese, o Tautphoeus (cujo reitor era o também professor de grego, alemão e história do CPII Joseph Herman, mais conhecido como Barão de Tautphoeus), o Roosmalen, o Victória, o Liceu Comercial, o da Marinha, o Santa Cruz e o Paiva, que aumentavam a “concorrência” oferecendo ensino análogo em menos tempo.<sup>80</sup>

Em 1854, por exemplo, a Corte contava com 51 instituições de ensino particular a nível secundário, a maioria delas nas freguesias centrais. Havia 45 estabelecimentos divididos entre as freguesias do centro, que possuíam trinta e nove colégios, do Engenho Velho, com cinco, e da Lagoa, com uma instituição de nível secundário apenas, abrangendo no total 2.864 rapazes, enquanto no mesmo ano o Colégio Pedro II contava com apenas 137 alunos no total. Se somarmos o número de alunos do CPII aos das aulas públicas avulsas ainda oferecidas na época – uma de francês, três de latim (essas mais frequentadas), uma de inglês e uma de retórica –, teremos o total de 234 alunos atendidos pelo governo na Corte.<sup>81</sup>

A simples menção dos números acima nos leva a entender melhor as preocupações inerentes à Reforma Couto Ferraz quando buscava meios mais eficazes de avaliação sobre os alunos atendidos por professores e colégios particulares na Corte, que dominavam a instrução à época como pudemos perceber. Segundo o Visconde de Itaboraahy, inspetor de instrução em 1855, o problema maior estava na baixa qualidade do ensino ofertado, uma vez que, apesar dos muitos alunos frequentando aulas de nível secundário públicas e particulares, apenas 38 foram aprovados nos exames gerais no fim de 1854, já sob vigência da Reforma Ferraz. Itaboraahy ainda destacara que esse alto número de reprovações se deveu mais ao despreparo dos alunos do que à severidade dos avaliadores, membros de uma Comissão “mais indulgente que severa” tendo em vista as provas realizadas, que ainda segundo o Visconde consistiam de mera

---

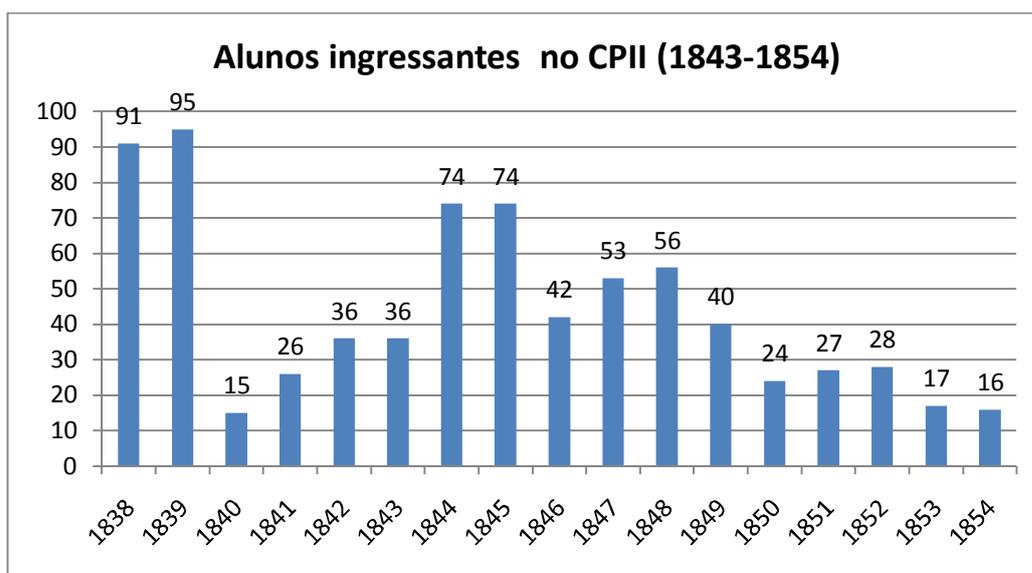
<sup>80</sup> Os colégios em questão são referidos como medida de comparação ao valor pago pelos alunos do CPII em relação às vantagens que tinham por lá estudarem. O ofício em questão é do ano de 1860, quando o número de externatos particulares a nível secundário crescia na Corte. Arquivo Nacional, Conselho de Estado – Secção do Império. Instrução Pública – Collégio Pedro II. Cx. 525, Pac. 3, Doc. 54. Ofício de 25/07/1860.

<sup>81</sup> Demonstração do nº de alunos de ambos os sexos, que durante o ano de 1854 frequentaram os estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária do município da Corte – *Ofício de 22 de março de 1855*, documento anexo. Arquivo Nacional, Série Educação. IE5 128 – 1854-1855.

“reunião de frases sem sentido, orações sem nexo, e palavras sem significação alguma; dir-se-ia, que só para o exame tinham preparado as traduções, que infielmente lhes reproduzia a memória”.<sup>82</sup> Daí a ênfase no Colégio Pedro II enquanto “ideal”, argumento presente nos mais variados documentos referentes à instituição, seja no Império ou mesmo na República.<sup>83</sup> Dessa forma, entendemos o motivo das experiências que buscavam sugerir ou testar métodos de ensino passar antes pelo colégio, de modo que, obtendo sucesso, pudessem ser estendidas – ou pelo menos sugeridas – para as instituições secundárias do Município Neutro e, num sentido mais amplo, de todo o Império.

Apesar dos poucos bacharéis formados, o Colégio receberia anualmente um número considerável de alunos, principalmente nos primeiros anos de seu funcionamento. Confirmamos através dos dados da tabela abaixo:

**Tabela 4**



Fonte: NUDOM-CPII. 1838-1854, Matrículas. As matrículas em questão só consideram os alunos novos, que dependendo do resultado em exame de admissão poderiam ingressar nos diferentes anos de estudo do colégio.

Numa primeira vista, fica clara a discrepância entre o número de ingressos nos primeiros dois anos com relação aos seguintes, só retomando um certo aumento no número de matriculados em 1844, que volta a cair a partir de 1849.

<sup>82</sup> Ofício de 22 de março de 1855.

<sup>83</sup> Claro que, no período da República, a idéia de *ideal* aparece com um outro sentido, referido principalmente a questão da memória do colégio e do Império que estava sendo revalorizada a partir da década de 1910. Voltaremos ao ponto no último sub-item deste capítulo.

Apesar disso, relacionando este gráfico com o anterior, percebemos que a quantidade de alunos que permaneceria durante os sete anos no colégio é bem desproporcional. Alguns, inclusive, nem chegavam a ficar um mês inteiro no colégio. Foi o caso de Antônio Pedro de Carvalho Borges, trigésimo aluno matriculado no colégio em 2 de maio de 1838, aprovado para o sexto ano como aluno externo e retirado do colégio naquele mesmo mês. A maioria, porém foi sendo retirada por seus responsáveis no decorrer de 1838 e dos anos seguintes, geralmente após um ou dois anos de curso completos.<sup>84</sup>

Há ainda casos de alunos despedidos do colégio, sinalizando para sua retirada por parte da direção da instituição, fosse por motivos de disciplina ou mesmo de não dedicação aos estudos. Além disso, há casos de alunos que voltam ao colégio depois de retirados pelos responsáveis, apesar de casos como esse serem bastante raros, como o de Abraão Nuno da Câmara, matriculado sob o número 5 em abril de 1838, retirado em julho de 1842 e de volta ao colégio, agora sob o número 340, em março de 1844, vindo inclusive a tomar o grau de bacharel em 1846.<sup>85</sup>

Entre 1843 e 1861, duzentos e vinte e quatro (224) alunos do colégio tornaram-se bacharéis. Possuímos informações sobre cento e setenta e um (171) deles, equivalendo a 75% do total, uma margem bastante grande que nos permite fazer algumas considerações sobre o futuro profissional desses bacharéis. Antes, analisemos os critérios de classificação acerca da posição e influência política dos membros da burocracia imperial no que se refere ao período de consolidação e apogeu do Império, entre as décadas de 1840 a 1870, aproximadamente.

Seriam membros da elite política real os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e deputados, nessa ordem de influência. Comporiam uma “média burocracia”, ou segundo escalão da elite imperial, os presidentes de província e os diretores de pastas e chefes de seção em geral, como inspetor de instrução, por exemplo. Comporiam ainda uma elite inferior, sem influência política considerável até os anos 1880, os militares, os eclesiásticos e os membros de sociedades e associações de classes, como de médicos e advogados, assim

---

<sup>84</sup> Isso pode nos sugerir que nesses anos de ensino o aluno já teria uma formação “básica”, tendo acesso aos conhecimentos cobrados nos exames preparatórios de admissão às faculdades. Por isso esses alunos poderiam assim trocar de colégio, migrando para os particulares que lhes preparariam em menos tempo que os sete anos de bacharelado do CPII.

<sup>85</sup> NUDOM-CPII. *Matrículas*, 1838-1854.

como membros da imprensa em geral, incluindo também, além dos anteriores, professores, literatos e escritores, alguns inclusive com cargos oficiais, o que permitiria inseri-los, para fins de análise, na categoria burocracia. Comerciantes e fazendeiros também não possuiriam grande influência política quando considerados em si, mas apenas quando os mesmos fossem membros da elite política (como deputados) ou possuíam relações com familiares que fossem políticos ou ainda compusessem a rede que fornecia a base política de algum membro da alta/média burocracia imperial.<sup>86</sup>

Os bacharéis pelo Pedro II seguem o mesmo padrão: a grande maioria teve mais de uma posição política ou enquanto membro da “boa sociedade” imperial. Muitos foram, em diferentes momentos de sua trajetória, deputados e ministros com passagens na média burocracia, por exemplo. Privilegiamos, para fins de análise, apenas a posição de maior destaque político obtida pelos bacharéis aos quais tivemos acesso a informações de suas biografias. Destaque-se também que praticamente todos os bacharéis analisados continuaram sua formação, cursando o nível superior. A grande maioria bacharelou-se em direito. No decorrer da década de 1860 percebemos o crescimento no número de futuros médicos. Tal período, no entanto, extrapola as intenções de nossa análise. Casos menos comuns incluem bacharéis com nível superior no exterior, com títulos em filosofia e matemática.

Nesse sentido, assim dividimos os cargos na tabela: no topo os membros da elite política imperial (conselheiros, ministros, senadores e deputados gerais, na ordem) que possuíam ampla influência política. Seguem-se os membros da por nós classificada “média burocracia”, composta por presidentes de província, magistrados, desembargadores, procuradores e deputados provinciais, com influência política menor. Da “baixa burocracia” fariam parte chefes de seções e repartições, diretores, ajudantes com função de destaque, militares, membros do clero e funcionários públicos em geral, sem influência política considerável. Advogados e homens formados em direito, médicos, professores, fazendeiros e comerciantes sem sinalização de outra função de destaque são inseridos em

---

<sup>86</sup> José Murilo de Carvalho. A elite política nacional: definições. In: *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Destaque-se que as “fronteiras profissionais” eram extremamente tênues no Brasil imperial: era comum aos grandes homens da monarquia acumular várias funções públicas ao mesmo tempo, como escrever, deputar, dar aulas e ainda medicar pessoas e sociedades inteiras, caso do próprio professor do CPII Joaquim Manuel de Macedo.

categorias a parte, cuja ordem não representa qualquer tipo de hierarquização política nesse sentido.

Vejamos os números da tabela 5, que segue abaixo: analisando a formação dos alunos nesses 18 anos, percebemos que pelo menos 55% dos graduados inseriram-se mais tarde na burocracia imperial em cargos da elite política ou como burocratas do aparelho de Estado. Caso somemos a esses últimos os professores, teremos 65% de futuros burocratas imperiais, já que os professores seriam os “agentes mais distantes” da ordem, lembrando a expressão de Ilmar Rohloff de Mattos.

**Tabela 5**  
**Ocupação futura dos alunos formados no Colégio Pedro II**  
**entre 1843 e 1861**

Ocupação	Nº	%
<b>Elite política</b> (Conselheiro / Ministro / Senador / Deputado geral)	24	14%
<b>“Média burocracia”</b> (Presidente de província / magistrado / juízes em geral / procurador / desembargador / deputados provinciais)	46	27%
<b>“Baixa burocracia”</b> (Chefe de seção / diretor / ajudante / funcionário público / militar)	25	14%
<b>Advogado / formado em direito</b>	22	13%
<b>Médico</b>	32	19%
<b>Professor</b>	17	10%
<b>Fazendeiro / negociante</b>	5	3%
<b>TOTAL</b>	<b>171</b>	<b>100%</b>

Fonte: OS BACHARÉIS em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, 1897. NUDOM-CPII.<sup>87</sup>

<sup>87</sup> Carlos Fernando da Cunha Júnior faz tabela análoga à nossa em seu livro, estendendo a análise até o ano de 1880. Cf. Cunha Júnior, *O Imperial Collégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*, p. 63-65.

O pequeno de futuros advogados ou formados em direito não significa, como nós frisamos, que a procura pelos cursos jurídicos estivesse em queda, pelo contrário: grande parte dos burocratas, e até mesmo alguns fazendeiros e negociantes possuíam formação em Direito. Não esqueçamos que a criação das faculdades de Direito visava atender a uma política da monarquia de formar burocratas para o recém-criado Estado brasileiro. Além disso, a profissão de advogado era bastante considerada entre a “boa sociedade” imperial. Como o Dr. Tavares, um dos moradores da *Casa de Pensão* de Mme. Brizard, advogado que “exercia [a profissão] com entusiasmo, com delírio, porque, desde pequeno, toda a sua queda fora sempre para falar em público, para dominar as massas”.<sup>88</sup> Afinal, não era o brasileiro, segundo Silva Jardim, um tipo amante dos discursos? Nada melhor, portanto, para um membro em potencial da elite política brasileira que tomar o grau de bacharel em direito por São Paulo ou Olinda.

O número significativo de médicos pode ser inserido no contexto de reformas urbanas e higienistas da segunda metade do século XIX, período de forte atuação do governo visando extinguir as possíveis causas das freqüentes epidemias que assolavam a Corte. A medicina higienista, que buscava também ser social e urbana, ganhava força no período como propagadora da civilização através de intervenções localizadas na cidade, espaço de doença gerado pelos “miasmas pútridos” que o higienismo viria combater.<sup>89</sup> Soma-se a isso o fato de uma das faculdades de medicina do Império se localizar na própria Corte, facilitando o acesso dos egressos do CPII a mesma. Esse argumento sozinho, porém, não se sustenta se não conjugado ao anterior, sobre o aumento do prestígio da medicina em virtude da política higienista.

Ainda no que se refere aos professores, a maioria inseriu-se como docente também do Colégio Pedro II ou como lentes nas faculdades do Império. A formação superior deles, bem como de parte significativa dos deputados e, em número um pouco inferior, dos senadores podia ser também em direito ou medicina, e poucos faziam outros cursos, como matemática e filosofia, mesmo porque isso só era possível no exterior, apesar dos cursos criados na Escola

---

<sup>88</sup> Azevedo, *Casa de Pensão*, p. 93.

<sup>89</sup> Sobre o papel da medicina higienista no Império, ver Roberto Machado [et al.]. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

Politécnica e na Academia Militar já existirem na década de 1870 (a última há muito mais tempo, desde 1810), mas que não davam o prestígio desejado por aqueles que desejavam uma formação superior.

Dessas ocupações de prestígio à época, a de senador era das que mais destacava o portador entre a sociedade em geral e mesmo entre os círculos mais limitados da “boa sociedade”. O Colégio Pedro II fez alguns futuros senadores, dentre eles Paulino José Soares de Souza, filho do importante político Visconde de Uruguay. Bacharel pela turma de 1850, Paulino filho completou seus estudos na faculdade de direito de São Paulo, onde tomara o grau de Bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1855. Típico representante da lista de bacharéis-burocratas que levantamos acima, Paulino fora também, antes de ser senador, deputado provincial e geral, Ministro do Império do gabinete Itaborahy e Conselheiro de Estado de 1876 até a queda da monarquia.

Da mesma turma de Paulino saíra Henrique Francisco de Ávila – proveniente da província de São Pedro juntamente com outros 17 compatriotas, ou 13% dos alunos matriculados naquele ano<sup>90</sup> –, também bacharel pela faculdade de direito de São Paulo no mesmo ano de 1855, de onde partira para a vida política também como deputado provincial e geral, além de presidente das províncias do Rio Grande do Sul e do Ceará e Ministro da Agricultura no gabinete Paranaçuá.<sup>91</sup>

Ambos os casos são apenas dois dos muitos outros exemplos que se repetem na história individual dos alunos egressos do Colégio Pedro II e na história coletiva da instituição. Assim, pensamos que a formação destes alunos a partir do ensino secundário já poderia consolidar sociabilidades entre os mesmos. Tais sociabilidades, todavia, não se limitavam ao espaço escolar. A cidade do Rio de Janeiro oferecia várias outras formas de formar e consolidar laços, espaços como bibliotecas, salões e círculos de leitura e discussão, que na verdade acabavam atuando mais como espaços de consolidação de identidades do que de formação de fortes rivalidades. No centro de todos estava o ideal do “ver e ser visto” da boa sociedade imperial. Privilegiemos, porém, os espaços que o próprio Colégio oferecia.

---

<sup>90</sup> Cfr. tabela 2 na página 121.

<sup>91</sup> Escragnolle Dória. Senadores do Império Bacharéis em Letras. In *Anuário do Collégio de Pedro II*, vol. IV: 1919-1920. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1921, p. 20-21.

É interessante frisar, independente das futuras profissões que os egressos do colégio viriam a ter, que dos oito bacharéis pela turma de 1843, cinco foram cursar direito em São Paulo, quatro dos quais iriam dividir turma e casa naquela cidade, formando uma *república*, continuando por mais alguns anos a vivência diária já compartilhada em tempos de CPII.<sup>92</sup> Por mais que a cidade do Rio de Janeiro oferecesse outros núcleos de sociabilidade aos alunos, tão interessante que fossem, a vivência e o cotidiano escolar de fato seriam uma marca que os alunos do CPII levariam para toda sua vida, pessoal e política. Afinal, era na escola que se começaria a conhecer o mundo, já dizia o pai de Sérgio.<sup>93</sup> Justamente por isso lá seria também o local em que diversos sentimentos, bons e ruins, seriam experimentados pela criança, como Pilar, que conhecera a corrupção e a delação através da vivência com seus colegas.<sup>94</sup> Momentos que deixariam marcas na criança e ficariam para a vida, como Amâncio, cujas experiências no colégio domesticariam o seu caráter:

Nunca lhe deram [o professor e o pai de Amâncio] liberdade de espécie alguma: Se lhe vinha uma idéia própria e desejava pô-la em prática, perguntavam-lhe “a quem vira ele fazer semelhante asneira?”

Convenceram-no de que só devemos praticar aquilo que outros já praticaram. Opunham-lhe sempre o exemplo das pessoas mais velhas; exigiam que ele procedesse com o mesmo discernimento de que dispunham seus pais.

E os rebentões de individualidade, e o que pudesse haver de original no seu caráter e na sua inteligência, tudo se foi mirrando e falecendo, como os renovos de uma planta, que regassem diariamente com água morna.<sup>95</sup>

As múltiplas presenças – fosse dos membros da boa sociedade em pessoa ou através da narrativa da nação ideal – vividas pelos alunos do CPII buscariam garantir o sucesso nessa formação conservadora, onde “o protocolo de leitura

<sup>92</sup> Os Bacharéis em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, 1897. Os membros da *república* foram Agostinho Perdigão Malheiros, José Carlos de Almeida Arêas, José Alexandrino Dias de Moura e Francisco Sales Rosa.

<sup>93</sup> Pompéia, *O Ateneu*, p. 7.

<sup>94</sup> Assis, *Conto de escola*, p. 37.

<sup>95</sup> Azevedo, *Casa de Pensão*, p. 25-26.

define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal”.<sup>96</sup>

Essas presenças, no entanto, escondem várias outras ausências, forçadamente ou não, que por isso mesmo podem aparecer a partir do momento em que consideramos que a escola é apenas uma das esferas geradoras de visões de mundo. E mesmo dentro dela, variantes como idade, a relação com o sistema escolar e a família podem sugerir no aluno outras formas de leitura do mundo, apesar das fortes presenças que reforçavam a sua inserção na boa sociedade imperial.

#### 4.4

#### **As presenças entre a boa sociedade imperial**

Na manhã do dia 25 de março de 1838, o atual Sr. marquês de Olinda, então regente do Império, e todo o Ministério, que se compunha de Bernardo Pereira de Vasconcelos e dos Srs. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes, Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, Antônio Peregrino, Maciel Monteiro [Barão de Itamaracá] e Sebastião do Rego Barros, dirigiram-se ao antigo seminário de S. Joaquim, e no meio de um numeroso concurso de *cidadãos* assistiram e presidiram às cerimônias da inauguração do Imperial Colégio de Pedro II [grifos meus].<sup>97</sup>

Ministros, marqueses, barões, viscondes: parte significativa dos maiores detentores de títulos de prestígio na sociedade imperial esteve presente na inauguração oficial do Colégio Pedro II em 25 de março de 1838 como podemos ver no relato de Joaquim Manuel de Macedo, nosso companheiro no passeio pela história do Colégio. Mas não apenas os membros da elite política imperial estiveram presentes, mas também um grande número de cidadãos, que juntos assistiram à inauguração do colégio que teria como função primordial reproduzir os futuros cidadãos do Império, futuros membros da classe senhorial. O ambiente gerado pela instituição favoreceria esse intuito.

Os professores, por exemplo: todos foram nomeados para o colégio por decreto de 29 de abril de 1838, escolhidos entre os mais destacados docentes da

<sup>96</sup> Chartier, Prefácio, In Chartier, Paire, *Práticas de leitura*, p. 20.

<sup>97</sup> Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, 322.

época que viriam assim complementar a credibilidade da instituição. Para Macedo, bastaria a menção dos nomes dos professores, notáveis intelectuais da época, para confirmar o papel de destaque dado pelo governo ao colégio:

Os primeiros professores nomeados foram: de história natural e ciências físicas, o Sr. Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; de história e geografia, o Sr. Dr. Justiniano José da Rocha; de grego e de retórica, o Sr. Dr. Joaquim Caetano da Silva; de inglês, Diogo Maze; de francês, Francisco Maria Piquet; de filosofia, o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães; de latim, o Sr. Jorge Furtado de Mendonça; de desenho, o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre; de música, o Sr. Januário da Silva Arvelos.<sup>98</sup>

Tal peso apenas na menção dos nomes dos docentes é confirmado pela leitura de periódicos da época. O *Jornal do Comércio* em sua edição de 27 de março de 1838 nos diz que

Os professores nomeados, tais como os Srs. Magalhães, Silva, Maia, etc. etc., são muito conhecidos por seus talentos e todos laboriosos, o que não deixa a duvidar ser um belo complemento à formação do corpo de ensino do Colégio.<sup>99</sup>

E é esse corpo de ensino que nos auxilia a pensar e confirmar a função do colégio como *ator* político social importante para a época. Tal qual o IHGB, o Colégio Pedro II contava com grande prestígio, reafirmado pelos seus alunos que, uma vez egressos, vinham a se integrar nos quadros da “boa sociedade” imperial. Mas também os professores, atuando em bancas de seleção no colégio ou avaliando professores em outras instituições; escrevendo os compêndios necessários ao ensino das mais diversas disciplinas e logo utilizados nas mais diferentes instituições de ensino do Império; viajando para o exterior ou pelo Brasil para conhecer as melhores formas de se ensinar e de aprender, visando assim corrigir possíveis erros e problemas no ensino tanto do CPII quanto dos colégios espalhados pelo Império; atuando enquanto burocratas ou políticos mas falando também como *letrados*, como agentes interessados na *instrução* e na

<sup>98</sup> Macedo, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, p. 321.

<sup>99</sup> NUDOM, Abertura do Collégio Pedro II. *Jornal do Comércio*, 27 de março de 1838. In: *Anuário do Colégio Pedro II*. Volume X. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

*educação* da boa sociedade e do *povo* brasileiro; dessas diferentes formas os professores mostravam que o Colégio não era apenas um instrumento da monarquia, mas uma instituição que a todo tempo *dialogava* com as mais diferentes esferas de poder de forma a auxiliar na criação e reprodução dos ideais de ordem e civilização monárquicos.<sup>100</sup> O próprio Imperador teria dito uma vez que “no Brasil há duas posições invejáveis: a de Senador do Império e a de professor do Colégio Pedro II”.<sup>101</sup>

E mesmo as outras pessoas que circulavam pela instituição atestavam seu caráter modelar e de destaque: viajantes estrangeiros como Spix e Martius (ainda à época do Seminário), ou membros da elite de outras províncias – enquanto pais de alunos ou mesmo visitantes de ocasião – e até mesmo curiosos que adentravam a rua larga de São Joaquim apenas para vislumbrar a construção imponente para a época, obra do afamado Grandjean de Montigny, responsável pela reforma que transformou o Seminário em Colégio. Tão grande era o prestígio da instituição que reuniões sociais da elite intelectual da época, concursos os mais variados e em finais do século as aulas da Escola Normal da Corte e do Curso de Comércio funcionariam no espaço físico do Colégio Pedro II.<sup>102</sup>

Dentre essas atividades “extracurriculares”, as conferências dos mais variados e destacados vultos intelectuais do Império também ocorreriam com frequência cada vez maior na segunda metade do século XIX, abrindo as portas da instituição para a “boa sociedade” ilustrada. Caso marcante fora a presença de Louis Agassiz, que em viagem ao Brasil em 1865 realizara duas conferências no Salão Nobre do Externato da Rua Larga, contando com a presença do grande amigo das letras dom Pedro II e família, estabelecendo também uma novidade para a época: a presença de mulheres na platéia. O viajante-cientista versara em suas conferências sobre diversos temas relativos a assuntos científicos, contando na platéia, na fileira da frente, com a presença, mais uma vez, do Imperador e família.<sup>103</sup>

“A ciência sou eu”: desde que o Imperador começara a aparecer na vida pública e ganhar maior poder de intervenção sobre os rumos do Império a partir

<sup>100</sup> Cf. Gasparello, *Construtores de identidades*, p. 34; Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*.

<sup>101</sup> Dória, *Discurso do orador oficial do colégio, prof. Luiz Gastão d’Escragnolle Dória*, p. 48.

<sup>102</sup> Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 108.

de 1847, quando da criação da figura do presidente do Conselho de Ministros, que o *seu* colégio logo receberia atenção em especial do menino que governava o maior país da América do Sul, afinal seria o próprio d. Pedro II quem diria, em carta endereçada a José Bonifácio, o moço, que “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II”.<sup>104</sup>

A frase é significativa se considerarmos que o Imperador já participava do cotidiano do colégio desde bem cedo, pelo menos desde a primeira colação de grau em 1843. Sua presença constante, fosse para indicar professores para a instituição, ou como interlocutor dos docentes do colégio, ou ainda como “avaliador” dos alunos, apenas servia para aumentar e confirmar a fama de dom Pedro como um sábio mecenas, principalmente depois que o IHGB teve sua sede mudada para o Paço Imperial, em 15 de dezembro de 1849, o que tornara cada vez mais constante a presença do Imperador, até então presente apenas às reuniões anuais comemorativas da fundação do instituto. Desde a transferência do instituto para o Paço dom Pedro se tornaria mais presente e ativo nas discussões do mesmo, contribuindo ainda mais para construção de sua imagem como de um monarca esclarecido e amigo das letras.<sup>105</sup>

Formava-se assim um núcleo de artistas e escritores, os “artistas do imperador”, constituindo dessa forma um grupo de destaque nas letras e na política do Segundo Reinado que incluía professores do CPII, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo.<sup>106</sup> Seria essa relação privilegiada que lhes favoreceria a consolidação de uma imagem *didática* da nação através de suas aulas e compêndios, caso de Macedo mais a frente. À frente deles, sempre o ilustrado dom Pedro II.

As variadas formas de presença do Imperador eram uma constante no espaço físico do colégio, fosse através de retratos, fosse através da distribuição anual de prêmios realizada no final de cada ano letivo. Sua frequência à instituição, porém, não pára por aí: por várias outras vezes o Imperador apareceria no colégio por motivos diversos, como apenas conversar com os reitores e professores da instituição e até mesmo com os alunos, pedindo aos mesmos que o explicassem uma lição, ou recitassem um poema, ou traduzissem certo trecho

<sup>104</sup> Schwarcz, *As barbas do Imperador*, p. 126, 151. Da frase do Imperador, Dória, *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, p. 103.

<sup>105</sup> Guimarães, *Nação e civilização nos trópicos*, p. 11.

<sup>106</sup> Schwarcz, op. cit., p. 155.

clássico, momentos de glória para os mesmos. O aluno, claro, sentia-se lisonjeado e, em casa, contava para os pais, que comentavam com os parentes e vizinhos, que passavam a ver o aluno “com mais respeito”, como “o menino elogiado pelo Imperador”.<sup>107</sup> Na lógica das hierarquias que caracterizavam a sociedade imperial, ser o “menino elogiado pelo Imperador” não seria, com certeza, pouca coisa, ainda mais se esse menino, uma vez aluno do CPII, já estivesse destinado, com seu título de bacharel, a participar ativamente – e com um forte diferencial – do universo da boa sociedade imperial. Essas freqüentes visitas do Imperador ao seu colégio levaram Dória a considerar Pedro II “o maior inspetor escolar de seu reinado”,<sup>108</sup> que fiscalizava não apenas as aulas, mas o colégio como um todo: as instalações físicas, a *cafua*, a merenda dos alunos... e sempre que havia problemas, lá estava o Imperador mandando bilhetinhos para o reitor, sugerindo mudanças e melhoras.

Conforme mandava a tradição, na distribuição dos prêmios, parte da cerimônia de colação de grau dos bacharéis, o professor de retórica da casa faria um “pequeno”, porém pomposo, discurso, destacando a glória daquele momento. Em 1848 não fora diferente: o professor Francisco de Paula Menezes, professor da cadeira à época, proferiria um discurso acerca da importância do estudo nas letras para a formação moral e civilizada do homem. E falar das letras no Brasil era falar do Imperador. Após levantar o progresso das letras na Europa, Paula Menezes destacava que, no Brasil, “o Augusto Monarca [...] tem feito a prol da instrução de seus súditos, quanto cabe nos esforços de um Rei”, incluindo dar seu nome ao colégio que em si era a maior prova da importância do estudo das humanidades no Império e da proteção que a monarquia oferecia aos espíritos cultivados que buscariam nas letras a luz da civilização. Nessa busca, o Imperador em pessoa descia do alto do trono para, junto de sua consorte, “todo alegria, afagar a uns, premiar a outros, animar a todos” no ato de colação do grau de bacharel no colégio.<sup>109</sup>

Não por acaso, portanto, o colégio seria nomeado *de* – e durante o seu reinado “apossado” por – Pedro II. Ainda que a documentação disponível se refira

<sup>107</sup> Dória, *Discurso do orador official do Collégio Prof. Luiz Gastão d'Escragolle Dória*, p. 47.

<sup>108</sup> *Ibid.*

<sup>109</sup> NUDOM, Discurso recitado na Augusta presença de sua Majestade o Imperador por ocasião da distribuição dos prêmios e colação de grau de bacharel em letras do Imperial Colégio de Pedro 2º no dia 15 de dezembro do corrente ano pelo Dr. Francisco de Paula Menezes, professor de retórica no mesmo colégio. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1848, p. 17.

ao colégio de diferentes formas, como Imperial Colégio de Pedro 2º (ou II), Colégio de Pedro II e Colégio Pedro II, por exemplo, na fundação do colégio e em seu estatuto consta o nome com a partícula possessiva e o termo que o torna parte das instituições monárquicas: *Imperial Collégio de Pedro Segundo*. As várias presenças do imperador serviriam, assim para confirmar – e conformar – as representações que viriam a ser feitas sobre a história e a memória da instituição, principalmente nos primeiros anos do século XX.<sup>110</sup>

Parte das fontes utilizadas nesta dissertação é baseada em memórias históricas, construídas em sua maioria entre as décadas de 1910 e 1930, momento em que tomava forma e força uma forte discussão acerca da importância do Colégio Pedro II no contexto educacional daquela época. A retomada do nome – Pedro II – é parte deste movimento de ressignificação e valorização da história do colégio, em especial a história *imperial* da instituição, assim como de seu imperial patrono, o imperador.

Nesse sentido, a memória sobre o colégio construída no século XX viria reforçar a idéia do mesmo como instituição padrão, como o *modelo* que deveria ser copiado pelas outras instituições congêneres durante o Império. Dessa forma, o Colégio Pedro II seria o instrumento do governo que, por sua vez, colocaria em prática suas concepções de ensino, educação e formação do brasileiro através da instituição. Tal argumentação continua sendo usada atualmente, tendo como principal representante a professora Vera Lúcia Cabana de Queiroz, que utiliza tais argumentos para apresentar o Colégio Pedro II também como um lugar de memória, seguindo a acepção de Pierre Nora, da educação nacional.

Devido à centralidade da análise ao próprio colégio sem tomar como referências as outras instituições secundárias existentes nas províncias do Império, discussões que recentemente têm vindo à tona em simpósios e encontros que tratam temas da história da educação vêm questionando esse papel central teoricamente ocupado pelo Colégio Pedro II no âmbito do sistema de ensino imperial. Tais questionamentos se baseiam principalmente no argumento que ainda não foram estudados os liceus de província, sua organização curricular e origem/destino de seus alunos, para relativizar a idéia do CPII como “modelo” imperial. Assim, na visão dos adeptos dessa interpretação, o CPII seria apenas

---

<sup>110</sup> Gasparello, *Construtores de identidades*, p. 40.

mais um colégio dentre tantos no Império, mas que devido à construção de memória organizada dentro da instituição nas primeiras décadas do século XX teria ganhado posição de destaque numa operação de *seleção* de aspectos da memória do colégio – como a idéia de modelo e instrumento de padronização do ensino pela monarquia – em detrimento de outras – neste caso, as outras instituições secundárias no Império.

Toda memória, no entanto, parte de um referencial na realidade, ainda que como uma forma de, negociando com essa realidade, transformá-la num projeto identitário visando reelaborar o passado em prol de um presente e um futuro<sup>111</sup> – caso das operações de memória do CPII em princípios do século XX. Temos destacado, porém, desde o início deste trabalho que tais operações de memória não eliminam de todo o debate em torno do colégio como modelo *sim* para a monarquia. Desde os debates parlamentares que antecedem a criação do CPII até a recepção pela imprensa, passando pela discussão interna da organização do colégio em suas primeiras décadas de funcionamento, todos esses pontos vêm reiterar que o mesmo estava sendo organizado para atuar também enquanto espaço de experimentações que, obtendo sucesso, seriam sugeridas como passíveis de reprodução nos liceus provinciais. Nossa questão, dessa forma, não é puramente aceitar um discurso identitário construído no século XX para afirmar o colégio como padrão, mas sim procurar nos debates da época de sua criação e funcionamento argumentos que confirmassem, num viés histórico, a imagem do CPII como colégio padrão da monarquia, padrão esse que, como destacamos, era pensando não apenas pelo governo imperial mas também dentro do próprio colégio por seus principais agentes, como os professores e a direção do mesmo.

Outro questionamento que costuma ser feito em relação ao colégio por estudos recentes é que o mesmo ainda seria visto como um colégio de elite, quando tais estudos buscam relativizar essa idéia ao apresentar dados de órfãos e meninos desvalidos aceitos na instituição como exemplo. Tais argumentos não são falhos: concordamos que há casos de órfãos e meninos pobres aceitos no colégio. Discordamos apenas da generalização que é feita a partir dos casos encontrados: o ingresso de órfãos e meninos oriundos de famílias pobres passa a ser considerado prática relativamente comum no CPII apenas a partir da década de

---

<sup>111</sup> Gilberto Velho. Projeto, memória e história. In *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

1870, momento de questionamentos para a monarquia, assim como de uma tentativa de reorganização interna da mesma visando acompanhar os debates dos novos tempos. O CPII, como instituição da monarquia, acompanha tais movimentos de tentativa de mudança. Antes disso, porém, não é possível fazer tal tipo de afirmação. Para fins de análise vejamos a origem social dos ingressantes no colégio no ano de 1838:

**Tabela 6**

**Ocupação dos Pais dos alunos do Colégio Pedro II no ano de 1838:**

Ocupação dos Pais	Nº	%
<b>Fazendeiro/Proprietário</b>	18	23,3
<b>Militar (três viúvas)</b>	8	10,4
<b>Viúva/Viúvo</b>	9	11,7
<b>Não tem Pai/Não tem Mãe</b>	4*	5,2
<b>Negociante</b>	18	23,3
<b>Desembargador</b>	3	4,0
<b>Empregado aposentado</b>	1	1,3
<b>Seriqueiro</b>	1	1,3
<b>Ourives</b>	1	1,3
<b>Procurador de causas</b>	1	1,3
<b>Sem emprego</b>	1	1,3
<b>Alfaiate</b>	1	1,3
<b>Boticário</b>	2	2,6
<b>Dono de Colégio</b>	1	1,3
<b>Conde</b>	1	1,3
<b>Criado do Paço</b>	1	1,3
<b>Despachante do Consulado</b>	1	1,3
<b>Lente [Academia de S. Paulo]</b>	1	1,3
<b>Médico</b>	2	2,6
<b>Cirurgião</b>	1	1,3
<b>Conselheiro</b>	1	1,3
<b>TOTAL</b>	<b>77**</b>	<b>100</b>

\* Um órfão, Liberato de Araújo Rangel, estava sob a tutela de José de Araújo Rangel.

\*\* Até a data do relatório [13/08/1838] o colégio recebeu 87 alunos. Sete matriculados não foram inseridos no relatório, ressalva essa feita pelo vice-reitor. Três alunos matriculados não constam como alunos do colégio no relatório.

Fonte: NUDOM – Livro de Matrículas e Arquivo Nacional – Relatório dos Alumnos internos do Imperial Collegio de Pedro Segundo, Série Educação - Ensino Secundário, IE4 – 26 [1838]

Na tabela constam informações dos pais de 77 alunos no total, quando naquele ano ingressaram no colégio 91 alunos. O fato se explica, pois o

levantamento fora realizado antes do final do ano letivo, e diversos alunos continuaram a se matricular no CPII até o final de 1838. O ofício é do dia 13 de outubro; até aquela data, 87 alunos foram matriculados na instituição. O documento faz uma ressalva sobre sete alunos que não aparecem no relatório, mas não faz referência a três alunos também matriculados no colégio. Um dos não considerados pode ser explicado: o aluno, ingressante na instituição em maio, foi retirado do colégio no mesmo mês. Os outros dois, no entanto, continuaram no colégio até pelo menos o final de 1838 e ainda assim não aparecem na tabela. Tanto os alunos externos quanto os internos são considerados na tabela, apesar do documento encontrado no Arquivo Nacional ter em seu nome “Relatório dos alunos *internos...*”

Percebemos, numa primeira vista, que quase metade dos alunos era proveniente de famílias que eram consideradas como parte da boa sociedade imperial: 23,3% dos alunos eram filhos de fazendeiros ou proprietários e mais 23,3% era composto por filhos de negociantes. Logo, as vivências entre salões e saraus, assim como a convivência entre políticos e detentores de grandes títulos de prestígio no Império – muitos fazendeiros foram barões, marqueses, etc. – não eram estranhas a esses alunos que vivenciariam, no espaço escolar do CPII, as mesmas experiências familiares desde então com novos atores, de professores a própria família imperial, permitindo assim que os mesmos se vissem como parte daquela sociedade de corte diferenciada, pois mais próxima ao *círculo do imperador*.

Uma vez saídos do colégio e de posse do título de bacharel, esses alunos egressos do colégio veriam confirmada sua presença entre a boa sociedade imperial. A releitura da tabela 5, na página 144 deste capítulo, ajuda-nos neste sentido: 55% dos alunos se encaixariam no *mundo do governo*, como burocratas ou políticos de destaque, todos enquanto membros da boa sociedade imperial. Desses egressos, 17% viriam a fazer parte do topo da elite política imperial na posição de ministros ou senadores do Império por exemplo.

Dentre os senadores filhos da casa, além dos já citados Paulino José Soares de Souza (que ocupou também as posições de ministro e conselheiro de Estado) e de Henrique Francisco d’Ávila (também ministro), temos também Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde de Cruzeiro, que também fora conselheiro de Estado), Manoel Francisco Corrêa (também ministro e conselheiro), Antônio da Silva

Prado (também ministro) e Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay, de oficial do exército a homem de letras, passando por funções na burocracia política). Todos, como percebemos, com mais de uma função dentro dos quadros da elite política imperial. Todos atuando como símbolos maiores do cidadão que se esperava formar no CPII, brasileiros de destaque, cidadãos ativos, ilustres e esclarecidos filhos da pátria.

Nesse processo de formação do aluno-cidadão, o acesso às leituras proporcionadas pelas aulas e pela biblioteca do colégio ganha função de destaque. Esse hábito, porém, não se limitaria ao período de aulas. Também nas férias, compreendidas, segundo o Estatuto, entre os dias 2 de dezembro e 1º de fevereiro, os alunos internos e externos que quisessem poderiam passar o tempo vago na instituição, recebendo assim duas horas de aulas por dia, além de terem mais quatro horas de estudo. Os professores receberiam uma gratificação extra para ministrar tais aulas no período de recesso escolar. Dessa forma, passando também as férias no colégio, o aluno teria facilitado o contato tanto com os estudos padronizados pela monarquia quanto com seus pares, de alunos a professores, possibilitando assim a criação de uma identidade comum entre os alunos, professores e diretores da instituição.

Nesse sentido, a presença do Imperador viria coroar esse processo. O ex-aluno e professor do colégio no período republicano José Antônio de Abreu Fialho nos deixa um relato interessante sobre o esmaecimento do republicanismo a partir do contato dos alunos com o Imperador, assim como a formação de uma coletividade entre os alunos do colégio. Aluno na década de 1880, momento de grande atividade intelectual e debate político no espaço público e no privado, Fialho escreveria, em diversos momentos, sobre liberalismo e republicanismo. Segundo Fialho, porém, tais escritos contra o trono não surtiriam muito efeito, visto que

Esse meu contato moral com D. Pedro II, com quem eu tratara frente a frente, que me interrogara em lições, e camararia e familiarmente conversava com um rapazinho de 14 anos, aquela galantaria começou a esmaecer os meus fumos de

republicanosinho, que lia gazetas republicanas, e decorava tiradas demagógicas contra o trono.<sup>112</sup>

O colégio seria assim, na visão de Fialho, uma escola de civismo, um local onde os cidadãos aprenderiam a ter aquele zelo necessário pelas instituições e interesses pátrios, de forma que, em contato e apoiando o Estado em sua obra de manutenção de lei e da ordem que todos deveriam compartilhar, tal civismo seria o primeiro passo para a formação do patriotismo “em verdade e essência”. O colégio atuava assim como uma “pequena pátria” onde seu “cidadãozinho” aprenderia a respeitar e zelar pela ordem do Estado ao qual seu patriotismo e dever cívico o vinculavam – ao Império do Brasil.

Nesse processo de formação de identidades, porém, a familiar também aparecia com destaque. O próprio Fialho, antes de ver esmaecido seu republicanismo, fora conversar com o pai, liberal e monárquico, sobre a arguição feita a ele pelo Imperador. Como temos destacado neste trabalho, a formação obtida pelo aluno no Colégio Pedro II viria complementar uma formação inicial, ao menos no que se refere a um *habitus* de Corte, dos alunos-cidadãos do Império. Neste sentido, o título de Bacharel em Letras viria coroar a formação do cidadão ideal, dar destaque a sua trajetória dentro dos quadros da boa sociedade imperial. Por mais que umas das principais intenções da monarquia em criar o colégio fosse retirar da influência familiar a formação do futuro cidadão ativo do Império, é importante lembrar que nem todos os fazendeiros ou grandes proprietários provinciais eram necessariamente antagonistas da política levada a frente pelo governo central no Rio de Janeiro. Lembremos as origens dos alunos do CPII: muitos eram filhos de fazendeiros, alguns eram também filhos das diferentes províncias do Império. Assim, o colégio buscava principalmente atuar como uma espécie de consolidador de uma identidade já em formação que no colégio seria filtrada e organizada segundo os parâmetros ideais pensados pela monarquia para a melhor reprodução dos seus quadros de elite. Assim, num sentido mais amplo, na visão de Bourdieu,

---

<sup>112</sup> Fialho, Discurso do professor José Antônio de Abreu Fialho, em nome de antigos alunos, p. 64.

[...] embora a escola seja apenas um agente de socialização dentre outros, todo este conjunto de traços que compõem a “personalidade intelectual” de uma sociedade – ou melhor, das classes cultivadas desta sociedade – é constituído ou reforçado pelo sistema de ensino, profundamente marcado por uma história singular e capaz de modelar os espíritos dos discentes e docentes tanto pelo conteúdo e pelo espírito da cultura que transmite como pelos métodos segundo os quais efetua esta transmissão.<sup>113</sup>

E é neste sentido que as instituições escolares do Império buscarão principalmente consolidar uma forma de reprodução social através do ensino. Como já destacamos, ao ensino secundário apenas os filhos da boa sociedade teriam acesso. Já os alunos mais pobres apenas em casos excepcionais tinham condições de ingressar no colégio. Mesmo assim, nem sempre tal tentativa obtinha sucesso. Vejamos um exemplo, de um ofício de 3 de Abril de 1838:

O Regente interino em Nome do Imperador manda remeter a V. Exa o incluso Requerimento, e papeis que o acompanharão, em que o Professor Público de Primeiras Letras Felizardo Joaquim da Silva Moraes pede o pagamento do que se lhe deve pela pensão de quatro órfãos do ex-Seminário de São Joaquim, que por contrato com a Câmara Municipal desta cidade se achavam no seu Colégio. E há por bem que V. Exa. Rma., em vista daqueles papéis, mande pagar o que se deve ao dito Professor; e, fazendo examinar os referidos órfãos, informe com o seu parecer se eles estão em circunstâncias de serem admitidos no Colégio de Pedro II, a fim de seguirem as Letras, ou se por falta de talento, e aplicação convirá antes destiná-los para as Artes.<sup>114</sup>

Destaque-se aqui que, além do conceito de valor sobre os órfãos, se em condições ou não de seguirem as letras no Colégio Pedro II, também a desvalorização das “artes” pode ser percebida, como se fosse esse um destino para as pessoas sem talento. Isto pode ter tido reflexo na mudança curricular de 1850, onde as disciplinas de Música e Desenho foram retiradas do currículo do CPII (ainda que por pouco tempo). Também os ofícios manuais eram mal vistos pela

<sup>113</sup> Bourdieu, *Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento*, p. 227.

<sup>114</sup> NUDOM, Livro de Avisos - Tomo I, 1838 -1839. N. 1-310.

sociedade em geral da época, como vemos a seguir, nas palavras do Presidente da província do Rio de Janeiro em 1844, João Caldas Viana:

A fundação do Colégio das Artes Mecânicas, criado pela Lei nº 37 de 22 de Dezembro de 1836, fazendo os filhos de pais pobres habilitarem-se num ofício mecânico, aprendendo-o com perfeição, deve garantir um futuro à nossa população indigente, dar-lhes o hábito do trabalho, costumes e um emprego, tornando-os assim cidadãos úteis e pacíficos indivíduos que agulhoados pelas necessidades naturalmente se teriam engolfado no pejo dos vícios e do crime.<sup>115</sup>

Outros conceitos de valor perpassam o discurso: a população pobre só se torna parte da “ordem”, membro da sociedade, após possuir uma ocupação lícita, um trabalho, que lhe garantisse assim sua utilidade na sociedade. Soma-se a isso o fato de se acreditar que as pessoas desvalidas teriam forte tendência aos vícios e delinquências – daí a definição, por Ilmar Mattos, do mundo da desordem no Império, do qual fariam parte esses excluídos do sistema, na visão da “boa sociedade” composto por baderneiros, ladrões, pessoas com vícios em geral. Ao conseguirem uma ocupação, porém, seriam incluídas no mundo do trabalho. Os dirigentes, de cima dessa pirâmide, comporiam o mundo do governo, com suas funções dentro da administração do Estado ou como membros com contatos, porém sem cargos, *à la* Brás Cubas. Esses dois últimos mundos comporiam o mundo da ordem segundo Ilmar Mattos.<sup>116</sup> E do mundo do governo sairiam os alunos do CPII, futuros bacharéis, futuros cidadãos ativos do Império.

Sobre os órfãos do ex-seminário de São Joaquim, a resposta para o seu caso, citado anteriormente, chegaria em 23 de Abril: “... O Mesmo regente houve por bem resolver que seja adotada a parte última do parecer de V. Exa. Rma. a respeito dos ditos órfãos, convidando os benfeitores deles a procurar-lhes algum arranjo. O que participa a V. Exa. Rma. para sua inteligência”.<sup>117</sup> Não seria dessa vez que alunos sem origem entre os quadros da boa sociedade imperial ingressariam no colégio. Dos oito órfãos do Seminário São Joaquim quando de sua transformação em Colégio Pedro II, apenas quatro deles teriam seus estudos complementados no CPII – dois deles com “grande e louvável” progresso nos

<sup>115</sup> Presidência de João Caldas Viana. Apud Mattos, *O Tempo Saquarema*, pp. 263-264.

<sup>116</sup> Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*, pp. 117-124.

<sup>117</sup> NUDOM, Livro de Avisos - Tomo I, 1838 -1839. N. 1-310.

estudos, o que teria possibilitado sua permanência no CPII. Dos dois outros, um estaria tendo “algum” progresso, e o outro um progresso muito pequeno, mas na situação de tutelado de uma família teria facilitada sua permanência na instituição.<sup>118</sup>

As únicas formas oficiais de gratuidade no Colégio, conforme regulava a lei Couto Ferraz de 1854, eram as seguintes: “Os filhos de professores públicos [...]; os alunos pobres que nas escolas primárias se tenham distinguido por seu talento, aplicação e moralidade; aqueles que nos concursos gerais obtiverem esse favor (caso se destacassem nos exames)”.<sup>119</sup> As instruções do primeiro Regulamento do Colégio Pedro II já sinalizavam também para essa preferência na admissão dos alunos entre os filhos da boa sociedade imperial. Ora, a função primordial do CPII não era a reprodução da boa sociedade imperial? As leituras de mundo geradas pelo colégio, os seus livros, compêndios e professores, o currículo escolar, todos eles não tinham também claro enquadramento dentro deste projeto? Na visão de Bourdieu

Pela prática de uma pedagogia implícita que exige a familiaridade prévia com a cultura dominante e que procede pela técnica de familiarização insensível, um sistema de ensino propõe um tipo de informação e de formação acessíveis exclusivamente àqueles sujeitos dotados de sistemas de disposições que constitui a condição do êxito da transmissão e da inculcação da cultura.<sup>120</sup>

Portanto, segundo o autor, a formação prévia da criança, no âmbito do espaço familiar, informará também a sua relação com o sistema escolar disponível. Dessa forma, não basta apenas que a instituição em si apresente ao seu aluno os modos de *melhor ler* o mundo se o mesmo não possui um aparato anterior, uma educação familiar que já o predispuesse a decifrar o código da cultura dominante. Logo, a frequência a autores clássicos de Grécia e Roma e eruditos da literatura francesa do oitocentos só faria real efeito em alunos que já possuíssem, em suas famílias, o hábito de leitura e apreciação da arte, por exemplo.

<sup>118</sup> Arquivo Nacional, Série Educação – Ensino Secundário, IE4-26, 1838.

<sup>119</sup> Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Império do Brasil, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854, p. 62.

<sup>120</sup> Bourdieu, *Reprodução cultural e reprodução social*, p. 306.

Voltemos à tabela com a origem familiar dos alunos ingressos no CPII em 1838: é interessante que os alunos com origem familiar de destaque entre a boa sociedade imperial, como filhos de Marquesses e Desembargadores, tenham progresso “grande e louvável”, assim como filhos de fazendeiros costumem ter “bastante” progresso em seus estudos. Para os Bacharéis em Letras do Colégio Pedro II,

o sistema escolar só pode garantir completamente o valor dos títulos que outorga em sua própria esfera de reprodução. A posse de um diploma, por mais prestigioso que seja, não é por si mesma capaz de assegurar o acesso às posições mais elevadas e não é suficiente para dar acesso ao poder econômico.<sup>121</sup>

A formação de Joaquim Nabuco é, neste sentido, exemplar. O ex-aluno do Colégio Pedro II, Bacharel em Letras pela turma de 1865, em seu livro *Minha Formação*, no primeiro capítulo da obra, “Colégio e Academia”, já nos sinaliza para a importância que a sua formação familiar tivera na consolidação de seu caráter. Nabuco levanta que no CPII provavelmente teria sido “lançada no subsolo da minha razão a camada que lhe serviu de alicerce: o *fundo hereditário* do meu liberalismo”.<sup>122</sup> Liberalismo esse, porém, que vinha de casa: a passagem recente de seu pai do lado conservador para o liberal marcara profundamente as visões de mundo do menino Nabuco, e o colégio aparecia assim como mais um dos atores que facilitaram essa construção identitária. “A atmosfera que eu respirava em casa, desenvolvia naturalmente as minhas primeiras fidelidades à causa liberal”.

Da mesma obra de Nabuco outra passagem é bastante interessante:

Entre as sensações da infância que se me gravaram no espírito, lembra-me um dia em que, depois de ler o seu Jornal, o inspetor do nosso ano me chamou à mesa – era um velho ator do teatro S. Pedro, que vivia da lembrança dos seus pequenos papéis e do culto de João Caetano –, para dizer-me com grande mistério que meu pai tinha sido chamado a S. Cristóvão para organizar o gabinete. Filho de presidente do Conselho foi para mim uma vibração de amor-próprio mais forte do que teria sido, imagino, a do primeiro prêmio que o nosso camarada Rodrigues Alves tirava todos os anos. Eu sentia cair sobre mim um reflexo do nome paterno

<sup>121</sup> Bourdieu, *Reprodução cultural e reprodução social*, p. 333.

<sup>122</sup> Joaquim Nabuco, *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 30.

e elevava-me nesse raio: era um começo de ambição política que se insinuava em mim.<sup>123</sup>

No desfilar de títulos que o Colégio Pedro II favorecia, na formação de identidades comuns entre seus alunos, as diferenças e hierarquias presentes entre a boa sociedade ainda permaneceriam. Na Corte imperial, no colégio especialmente criado para melhor formar aquela mocidade, diferentes experiências seriam realizadas visando tornar a instituição no modelo nacional, num colégio padrão, cujo sucesso de sua organização escolar e administrativa pretendia servir de inspiração às instituições secundárias criadas nas províncias visando uma uniformidade na formação e reprodução da boa sociedade imperial. Inserido no espaço privilegiado que serviu de laboratório para o grupo conservador – a Corte imperial, locus privilegiado, junto com a província fluminense, do laboratório saquarema – a partir de seu regresso à política em 1837, o Colégio Pedro II faria parte de uma intensa discussão sobre os meios de se formarem *cidadãos brasileiros* para a *nação* que se forjava.

Das leituras possíveis de mundo, a educação escolar lançada pelo Colégio Pedro II pretendia ser a norma, aquela em que os futuros cidadãos do Império se vissem representados tanto nos manuais quanto no cotidiano da instituição. Neste sentido, o colégio aparece como complemento a uma formação anterior, possibilitando ao governo controlar mais de perto as identidades que tais filhos da boa sociedade viriam a adotar, consolidando, através das sociabilidades geradas pelo espaço do colégio, formas de pensar e de ler o mundo compatíveis com as visões da monarquia.

À frente deste processo, sempre a boa sociedade imperial, na figura dos principais políticos em ação na capital Imperial, no Rio de Janeiro, na Corte que por isso “não poderia ser vista como um mero objeto cenográfico, mas como o ‘maquinismo oculto’ que permitiria (ou impediria) a mudança de cenário”.<sup>124</sup> Muito além de mero desfilar de títulos, tais sociabilidades de corte buscavam manter fortemente coesas identidades díspares que ainda relutavam em identificar na nação brasileira o alvo maior de sua afeição e lealdade. Instruindo a criança,

---

<sup>123</sup> Joaquim Nabuco, *Minha formação*, p. 32.

<sup>124</sup> Margarida de Souza Neves. Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 128.

formando o aluno, educando o cidadão, a boa sociedade se veria assim reproduzida, além de pretender garantir uma nova identidade, maior e mais “verdadeira”, entre os futuros cidadãos do Império: buscava-se, ao instruir a criança, formar o brasileiro. Assim, segundo Ilmar Mattos, nesse processo de formação da boa sociedade,

A Constituição de 1824 os havia identificado como cidadãos ativos; eles próprios se reconheciam membros da boa sociedade; aquelas experiências vividas fizeram com que se identificassem como a classe senhorial; eram brasileiros.<sup>125</sup>

\*\*\*

Nos anos finais do Império o Colégio Pedro II não teria mais o *status* que teve até a década de 1860. Em 1888, por exemplo, o colégio passaria por sua última reforma enquanto Imperial Colégio de Pedro II. O regime de matrículas avulsas, exames vagos e frequência livre – instituído pela Reforma Leôncio de Carvalho, de 1878/1879 – foi abolido visando retomar a qualidade do ensino e apreço ao título de bacharel. O número de vagas aumentou para cem no Externato, apesar de continuar pequeno, apenas 25, no Internato. Ainda assim, a procura por matrículas permanecera limitada, assim como o número de egressos continuava caindo. Não seria mais naquele espaço, nos bancos escolares, que se formaria o novo cidadão brasileiro: a rua ganhava força e assumiria cada vez mais tal função de formar, agora através do debate e da opinião pública em formação, a nova nação, liberal, que se queria. Fariam parte da evolução humana a democracia e, portanto, a república, associadas como sinônimos cada vez mais intensamente na década de 1880.

Seria na rua que o debate surgiria e correria, ganhando forma, mentes e bocas. Nessa mesma rua associada à desordem durante a monarquia e que passaria a atrair a “Casa”, a rua do Ouvidor, os jornalistas, os boêmios, os políticos, e também os alunos dos colégios... como Pilar.

---

<sup>125</sup> Ilmar Rohloff de Mattos, O gigante e o espelho. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 46.